

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ó UnB
FACULDADE DE PLANALTINA ó FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA ó PPGP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

MARIA LUISA HILLESHEIN DE SOUZA

Avaliação da efetividade dos principais cursos FIC Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina: *benchmarking* com cursos técnicos de longa duração

Brasília ó DF

2016

MARIA LUISA HILLESHEIN DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS PRINCIPAIS CURSOS FIC
PRONATEC DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA:
BENCHMARKING COM CURSOS TÉCNICOS DE LONGA DURAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Professor Orientador:

Alexandre Nascimento de Almeida, Dr.

Brasília 6 DF

Março de 2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS0729 Souza, Maria Luisa Hilleshein de
a Avaliação da efetividade dos principais cursos FIC
Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina:
benchmarking com cursos técnicos de longa duração /
Maria Luisa Hilleshein de Souza; orientador
Alexandre Nascimento de Almeida. -- Brasília, 2016.
74 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Gestão Pública) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Pesquisa de egresso. . 2. Ensino técnico.. 3.
Avaliação de políticas públicas.. 4. Qualificação
profissional.. I. Almeida, Alexandre Nascimento de,
orient. II. Título.

Avaliação da efetividade dos principais cursos FIC Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina: *benchmarking* com cursos técnicos de longa duração

Maria Luísa Hilleshein de Souza

Composição da Banca Examinadora:

Dr. Alexandre Nascimento de Almeida
Professor-Orientador

Dra. Andréa de Oliveira Gonçalves
Professora-Examinadora do Programa

Dr. Remi Castioni
Professor-Examinador Externo

Dr. Luiz Honorato da Silva Júnior
Professor-Suplente

Brasília, 17 de março de 2016

À minha família e a quem esteve ao meu lado durante
esses dois anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e perseverança para que não desistisse nos momentos mais difíceis.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina por ter proporcionado as condições básicas para realização do mestrado, assim como para a efetivação desse trabalho.

À UnB que me recebeu tão bem, permitindo mostrar que pedagoga e estatística podem ser uma boa combinação.

Ao Professor Alexandre Nascimento de Almeida, meu orientador, dono dos olhos mais pretos que já conheci, que desde a entrevista de seleção me desafiou fazendo com que eu sentisse a necessidade de me superar, proporcionando crescimento. Obrigada!

À minha família que segurou todas as pontas enquanto estive em Brasília, dando-me ainda suporte psicológico e muito incentivo.

À culpada de tudo, Simone Teresinha da Silva, amiga e colega de trabalho que me incentivou a participar do processo de seleção e ajudou desde o início. A quem devo um bom relógio de corrida, para correr por nós duas, como pagamento da promessa de terminar tudo isso com sucesso.

À minha querida e sempre professora, Carla Nascimento, que me recebeu em Brasília e apresentou a cidade com tanto carinho.

Aos meus queridos Dorival Nandi e Paulo Roberto Wollinger que me deram dicas para poder economizar, e não falir, em Brasília.

Ao Marcelo Raupp que me abriu portas, janelas e principalmente, dados e informações. Sua ajuda foi de fundamental importância, fica aqui registrado meu eterno agradecimento.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, pela articulação realizada para desenvolvermos parte de nossa formação em Portugal.

Por último e não menos importante, minha amiga Adriana Motta Costa Gonçalves que contribuiu para a revisão da dissertação e supriu as minhas ausências no Cerfead durante minhas estadas em Brasília, apagando incêndios e segurando todas as pontas da coordenação.

õO sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.ö

José de Alencar

Afinal, missão dada é missão cumprida.

RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2011, tendo por objetivo a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. A oferta do Programa tem sido expressiva no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), bem como na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como um todo e, considerando o curto tempo de implementação e o volume de pessoas atendidas, faz-se necessário identificar como esse programa social vem sendo desenvolvido e se seus objetivos estão sendo alcançados. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é o de avaliar a efetividade dos principais cursos de curta duração do IFSC por meio de um *benchmarking* com os cursos técnicos de longa duração da região Sul do Brasil. Em específico, comparou-se a qualidade entre os cursos de curta e longa duração e a situação dos seus egressos quanto a empregabilidade e continuidade dos estudos. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de questionário e os métodos empregados foram: análise de conteúdo, testes do Qui-Quadrado e U de *Mann-Whitney*. Os resultados indicaram que as porcentagens dos egressos dos cursos de curta ou longa duração empregados foram iguais, porém nos cursos de longa duração o número de egressos que trabalham na área de formação foi estatisticamente maior. Além disso, os egressos dos cursos de longa duração apresentaram uma maior mobilidade, deslocando-se para encontrar trabalho, ocupando empregos em diferentes regiões do Brasil. Em relação a continuidade dos estudos, os egressos dos cursos de longa duração apresentaram uma maior continuidade e, enquanto esses buscaram cursos de nível superior, a maioria dos egressos dos cursos de curta duração procuraram outros cursos técnicos de nível médio. Em geral, a percepção quanto à qualidade dos cursos pelos diferentes egressos analisados foi considerada em sua maioria entre boa e ótima.

Palavras-chaves: Pesquisa de egresso. Ensino técnico. Avaliação de políticas públicas. Qualificação profissional.

ABSTRACT

The National Program for Access to Technical Education and Employment (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego ó Pronatec) was instituted by the Federal Government in 2011, having as objective extending the supply of professional and technological education courses. The program's supply has been expressive in Santa Catarina's Federal Institute (Instituto Federal de Santa Catarina ó IFSC), as well as in the Federal Network of Professional and Technological Education (Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica) as a whole. Considering the short implementation time and the number of reached people, it is necessary to identify how this social program is being developed and if its objectives are being achieved. Thus, the general objective of this work is to evaluate the effectivity of IFSC's main short courses by means of benchmarking against the long technical courses from Brazil South region. In particular, it was compared the quality between the short and long courses and the graduates situation with respect to employability and continuation of the studies. The data was obtained from questionnaire application and the employed methods were content analysis, Chi-square test and *Mann-Whitney U* test. The results showed that the percentage of employed graduates from either short and long courses were equal, but in the long courses the number of graduates that work in the field of graduation was statistically higher. Furthermore, the graduates from the long courses presented a higher mobility, moving in order to find work, occupying jobs in different Brazilian regions. With respect to studies continuation, the graduates from long courses presented a larger continuity and, while they sought higher education courses, most of the graduates from short courses sought other secondary technical courses. In general, the quality of the courses was perceived as between good and great by most of the different graduates analyzed.

Keywords: Graduate case studies. Technical education. Public policy evaluation. Professional qualification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA

Tabela 1. Eixos e número de cursos do Guia Pronatec de cursos FIC (2015)	22
Tabela 2. População, Amostra e Margem de Erro dos cursos FIC e Cursos Técnicos da região sul do Brasil.....	43
Tabela 3. Distribuição dos formados, por sexo e curso universitário Brasil 1970 – 2000	45
Tabela 4. Distribuição de concluintes de Graduação, por sexo e área geral de conhecimento Brasil 2013	46
Tabela 5. Diferença na empregabilidade e na relação entre trabalho atual e curso realizado para os egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração	50
Tabela 6. Diferença na empregabilidade e na relação entre trabalho atual e curso realizado para os egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração	51
Tabela 7. Diferença na distância do trabalho e na oferta regional de emprego entre os egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração	54
Tabela 8. Diferença entre a percepção dos egressos em relação a qualidade dos cursos técnicos de curta e longa duração	56

FIGURA

Figura 1. Perfil dos egressos dos cursos analisados.....	44
Figura 2. Curso e Município de origem do campus e do egresso.....	48
Figura 3. Distribuição das respostas dos egressos dos cursos de curta e longa duração em relação à distância do seu trabalho ao campus de formação e a oferta regional de emprego ..	54
Figura 4. Distribuição das respostas dos egressos em relação a qualidade geral dos cursos técnicos de curta e longa duração	57
Figura 5. Distribuição das respostas dos egressos em relação a alguns aspectos inerentes a qualidade dos cursos técnicos de curta e longa duração.	58
Figura 6. Resumo das sugestões dos egressos dos cursos de curta duração analisados	59

QUADRO

Quadro 1. Bloco de perguntas do questionário referentes às características do egresso	36
Quadro 2. Bloco de perguntas do questionário referentes à situação dos egressos.....	38
Quadro 3. Codificação das opções de resposta do questionário conforme as categorias dicotômicas testadas.....	38
Quadro 4. Bloco de perguntas do questionário referentes a qualidade e ao alinhamento dos cursos com o mercado de trabalho.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPS	Boletim de Políticas Sociais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-SC	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CEPE	Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
Cerfead	Centro de Referência em Formação e EaD
Certific	Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
DEIA	Departamento de Estatística e Informação Acadêmica
DOU	Diário Oficial da União
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETF-SC	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IGC	Índice Geral de Cursos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Planfor	Plano Nacional de Formação Profissional
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade Para Todos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Sistec	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
1.1 Políticas públicas: elaboração e avaliação.....	17
1.2 Políticas sociais e educação.....	19
1.2.1 Pronatec.....	20
1.3 <i>Benchmarking</i> e a avaliação de programas na educação: Foco no egresso e na efetividade dos cursos.....	23
1.4 Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	27
1.4.1 IFSC.....	28
1.4.2 Pronatec no IFSC.....	31
1.4.3 Cursos FIC de Auxiliar Administrativo.....	32
1.4.4 Curso FIC de Desenhista Mecânico.....	32
1.4.5 Curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.....	33
2. DADOS E MÉTODOS.....	34
2.1 Coleta dos dados.....	34
2.2 Métodos.....	35
2.2.1 Avaliação da amostra.....	35
2.2.2 Estatística descritiva.....	36
2.2.3 Teste do Qui-Quadrado.....	37
2.2.4 Teste U de <i>Mann-Whitney</i>	39
2.2.5 Análise de Conteúdo: Foco na qualidade dos cursos.....	41
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42
3.1 Avaliação da Amostra.....	42
3.2 Características do Egresso.....	43
3.2.1 Perfil.....	43
3.2.2 Origem.....	48
3.3 Situação do Egresso.....	49
3.3.1 Empregabilidade.....	49
3.3.2 Continuidade dos estudos.....	51
3.4 Alinhamento do Curso com o Mercado de Trabalho.....	53
3.5 Qualidade do Curso.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE I – Questionário aplicado.....	71

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de atender a demanda por qualificação profissional, algumas ações foram realizadas desde a década de 1990 no Brasil, como a implantação do Plano Nacional de Formação Continuada de Profissionais da Rede Federal (Planfor) em 1995, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 (SERVERNINI; ORELLANO, 2010), bem como, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no ano de 2011.

O Pronatec foi instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e tem por objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011). Expandindo, interiorizando e democratizando a oferta de cursos de educação profissional e técnica de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, aumentando as oportunidades educacionais aos trabalhadores e por consequência, elevando a sua renda e qualidade de vida.

O Pronatec teve sua implementação iniciada em 2012 pelos Institutos Federais e expandiu sua oferta em várias outras instituições públicas e privadas. De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2014), o investimento federal no programa entre 2012 e 2014 foi de R\$ 14 bilhões, capacitando 4,6 milhões de pessoas em mais de 3.200 municípios do Brasil.

Só no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), 12 mil matrículas foram realizadas em diferentes cursos ofertados pelo programa entre 2012 e 2014. O IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), tem sua sede em Florianópolis e mais 22 campi, e o Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), espalhados pelo estado de Santa Catarina, possui autonomia administrativa,

patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Foi considerado seis vezes consecutivas o melhor instituto federal do país, tendo a maior pontuação no Índice Geral de Cursos (IGC) avaliado pelo MEC.

A expansão do Pronatec tem sido expressiva. Todavia, considerando o curto tempo de implementação e o volume de pessoas atendidas por esse programa, é necessário identificar como esse programa social vem sendo desenvolvido e se seus objetivos estão sendo alcançados.

Apesar da preocupação do governo com a criação desse e de outros programas sociais, observa-se que a atuação da rede de educação profissional e tecnológica foi pouco avaliada em todo o seu tempo de existência. De acordo com Servernini e Orellano (2010), os esforços nessa direção são recentes e ainda não se sabe, conclusivamente, se os programas de capacitação obtiveram sucesso no sentido de inserir seus egressos no mercado de trabalho e melhorar seu bem-estar.

Não existe uma prática institucionalizada dentro dos Institutos Federais (IF) voltada para avaliar a efetividade de seus programas e dos seus cursos. A avaliação é fundamental para a gestão de qualquer política pública, no caso dos cursos dos IFs a sistematização dessa prática poderia fornecer subsídios para a reestruturação dos cursos, permitindo um enfoque no mercado de trabalho, assim como a melhoria da capacitação e empregabilidade do egresso.

A avaliação de cursos se torna mais efetiva quando a participação do egresso acontece. O monitoramento dos cursos pode acontecer de diferentes maneiras, entretanto, é o egresso que vivência a realidade do mercado de trabalho e quem melhor pode apontar o que em sua formação contribuiu para sua carreira e vida profissional. Sem contar que tratar apenas com dados secundários, onde são indicados número de matrículas, aprovados e evadidos, como tem sido feito, não evidencia a qualidade de um curso.

No IFSC, o Pronatec tem se caracterizado pela oferta de cursos na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada). Esses são cursos rápidos, com carga horária entre 160 e 300 horas e que, muitas vezes, são vistos com desconfiança. Nas discussões geradas no dia a dia da Instituição, e nos momentos de planejamento de oferta de cursos e vagas, são comuns argumentos de que os cursos técnicos (longa duração e maior carga horária), assim como os superiores, proporcionam uma formação mais concisa e concreta, enquanto os cursos FIC (menor duração e baixa carga horária) são apenas para gerar altos números de alunos matriculados, onde existe, no caso dos cursos FIC Pronatec, a terceirização docente e a falta de controle da qualidade da oferta. Porém, não existem evidências empíricas sobre a maior efetividade dos cursos de longa duração comparativamente aos de curta, e são raras pesquisas referentes a situação do egresso, principalmente, dos cursos de curta duração.

Desta forma, diante da realidade vivenciada no dia a dia do IFSC, faz-se necessária a pesquisa comparativa entre cursos de curta e longa duração, para identificarmos, a partir do egresso, se os cursos têm cumprido o objetivo de possibilitar ao estudante empregabilidade, inserção no mercado de trabalho e melhor condição de vida.

Nestes termos, o objetivo geral do trabalho é o de avaliar a efetividade dos cursos mais antigos e com o maior número de alunos matriculados do IFSC (Auxiliar Administrativo, Desenhista Mecânico e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão) oferecidos via Pronatec, e fazer um benchmarking com os cursos de longa duração da região Sul do Brasil. Em específico buscar-se-á:

- Identificar o perfil dos estudantes egressos dos principais cursos de curta duração do IFSC;
- Analisar a situação do egresso dos cursos de curta e longa duração, enfocando a sua inserção no mercado de trabalho e a continuidade dos seus estudos, buscando identificar a efetividade dos cursos analisados;

- Investigar o alinhamento dos cursos de curta e longa duração com o mercado de trabalho regional;
- Comparar a percepção dos egressos dos cursos de curta e longa duração em relação a qualidade de seus cursos e identificar sugestões de melhoria para os cursos de curta duração analisados.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Políticas públicas: elaboração e avaliação

Desde o século XIX tem-se realizado esforços para modernizar a administração pública de jeito que o Estado opere de forma mais eficiente, abraçando também o papel de indutor estratégico do desenvolvimento da nação, por meio de múltiplos arranjos dos quais participam diferentes atores. Para isso, aplicam-se modelos de gestão que buscam resultados voltados à qualidade de vida da sociedade, priorizando a transparência, a maximização dos recursos públicos e a responsabilização frente a população (MPOG, 2012).

Tendo essa perspectiva como direção, o plano governamental, composto por diferentes etapas, uma delas a avaliação, constitui-se em instrumento essencial, estabelecendo ligação entre as ações e a visão de futuro, definindo estratégias para alcançar os objetivos institucionais, estabelecidos na missão da organização ou governo.

Com isso em vista, Teixeira (2002) afirmou que as Políticas Públicas são os princípios orientadores de ação do poder público, diretrizes e procedimentos de intervenção entre atores da sociedade e do Estado.

O problema público é a essência conceitual das políticas públicas, conforme definido por Secchi (2013):

[...] o que define se uma política pública é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo *“pública”* (SECCHI, 2013, p. 5).

Desta forma, as políticas públicas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Assim, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013).

Para Gobert (2007), as Políticas Públicas são compreendidas como o Estado em ação, como um conjunto de programas, ações e atividades implementadas pelo Estado, por meio de um projeto de governo, objetivando assegurar determinado direito de forma difusa ou para algum seguimento social, cultural, econômico ou étnico específico na sociedade. Reforçando essa ideia, Marcellino (1995) afirmou que Políticas Públicas correspondem à interferência do poder público na tentativa de destinar recurso público para atendimento da população em um campo social estabelecido.

As políticas públicas geralmente são compostas por instrumentos de planejamento, execução e avaliação, organizados de forma integrada e lógica, devendo se dar por meio de diretrizes estabelecidas, além de desenho ajustado a cada realidade e necessidade.

De acordo com Bryner (2010), o modelo tradicional do processo de elaboração de políticas é descrito como um processo dinâmico, além de um processo contínuo de identificação de problemas, formulação de respostas ou políticas governamentais, organização de mecanismos de execução das políticas e avaliação do grau de alcance dos objetivos das políticas. Em outras palavras, o processo de políticas apresenta quatro passos essenciais: início e definição; formulação; implementação; e a avaliação de impacto.

Para Secchi (2013), o processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas, tendo um fluxo que organiza a vida de uma política, em fases sequenciais e interdependentes.

De acordo com Barros e Lima (2012), a decisão dos formuladores de políticas públicas de investir em um programa social sempre parte da ideia de que a intervenção proposta terá

impacto positivo, apresentando benefícios ao interesse público coletivo. Para identificar se os objetivos foram alcançados e se esse efeito positivo aconteceu é necessário a realização de uma avaliação de impacto. O propósito base de uma avaliação de impacto é verificar se, de fato, determinado programa ou projeto está atingindo, ou atingiu, os objetivos planejados.

Neste sentido, além de verificar se o recurso será ou está sendo bem empregado, ou se os objetivos estão sendo alcançados em determinado programa, um importante papel da avaliação é conhecer a magnitude do impacto gerado. Desta forma, as políticas sociais exigem um acompanhamento sistemático, avaliando a efetividade das ações e os impactos que geram. Essas avaliações podem contribuir ou não para a manutenção e permanência da política.

1.2 Políticas sociais e educação

No Brasil, as políticas públicas são cotidianamente divididas por suas características setoriais ou modalidades/tipos de políticas, podendo ser classificadas como: sociais, econômicas, de infraestrutura e de Estado (VIANNA, 2002). As políticas sociais visam a ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas, necessidades essas concernentes à assistência social, saúde, educação, habitação e segurança. As políticas sociais, objetivando o bem-estar da sociedade e redução das desigualdades sociais, têm ganhado força no Brasil.

No atual governo, a educação básica e tecnológica tem tido visibilidade e o vínculo das estruturas educativas com a inserção das pessoas no sistema produtivo tem sido exploradas, com o foco na relação entre educação e trabalho (IPEA, 2014).

Conforme o Boletim de Políticas Sociais (BPS), publicado pelo IPEA (2014), o Pronatec é parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria¹, instituído em 2011, com a finalidade de combater a extrema pobreza no Brasil. Este plano possui três grandes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. O Pronatec faz parte do

¹ Plano de ação do governo federal, instituído em 2011, para promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza.

último eixo e por isso, tornou-se o protagonista entre as ações do governo federal dirigidas à qualificação profissional, emprego e aumento de renda.

1.2.1 Pronatec

O Pronatec foi estabelecido pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, democratizando o acesso a essa modalidade de ensino. A ideia principal é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional, aumentando assim, as oportunidades dos trabalhadores egressos e por consequência, a renda e qualidade de vida dessas pessoas.

De acordo com Cassiolato e Garcia (2014), com o mercado demandando protagonismo do Estado na organização da educação profissional e técnica no Brasil, e com o governo conhecedor do contexto favorável e da necessidade de se conceber um ambiente competitivo para a produção de bens e serviços no país, a sistematização do Pronatec veio como resposta a essa demanda.

Para tanto, em 2012 o programa teve sua implementação iniciada pelos Institutos Federais. De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC, 2014), o investimento federal no programa entre 2012 e 2014 foi de R\$ 14 bilhões, matriculando 4,6 milhões de pessoas em mais de 3.200 municípios do Brasil.

Para cumprir sua finalidade, o Pronatec reuniu iniciativas que vinham sendo desenvolvidas pelo MEC² para a expansão da oferta de cursos de educação profissional, entre elas se encontram:

- I) Acordo de Gratuidade com o Sistema S (Senai, Senac, Senar, Senat e Sebrae);
- II) Brasil Profissionalizado;

² As ações organizadas pelo MEC têm sido desenvolvidas pelos Institutos Federais e pelo Sistema S.

III) Fortalecimento e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

IV) Rede e-Tec.

Entre as novas iniciativas criadas, encontra-se:

I) o FIES³ Técnico e Empresa; e

II) Bolsa Formação, que utiliza a capacidade das instituições de educação profissional, ampliando de forma significativa a oferta de cursos técnicos.

Conforme Cassiolato e Garcia (2014), o programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, constituindo-se como instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva, bem como de promoção da cidadania.

A Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, regulamentou a Bolsa Formação e constitui a oferta gratuita de cursos técnicos e cursos FIC presenciais, custeados com recursos repassados pelo MEC às instituições de ensino de educação profissional do país. Dentre as instituições credenciadas, o Sistema S tem sido um dos maiores ofertantes do Pronatec (BRASIL. Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013). Inicialmente a Rede Federal de EPT e assim, os Institutos Federais de Educação apresentaram grande rejeição ao Pronatec, abrindo espaço de atuação para o Sistema S.

O Bolsa-Formação⁴ do Pronatec oferece cursos de qualificação para pessoas com vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis e atua em três eixos: 1) oferecendo ensino técnico para quem está cursando o Ensino Médio; 2) oferecendo mais e melhores oportunidades de qualificação profissional para o jovem ou o adulto que deseja uma melhor

³ Fundo de Financiamento Estudantil.

⁴ A bolsa formação do Pronatec se dá pela oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada (Bolsa Formação Estudante e Bolsa Formação Trabalhador respectivamente), sendo custeados pelo Governo Federal.

formação profissional; 3) oferecendo cursos para as pessoas que estão no Plano Brasil sem Miséria⁵, para aumentar chances de conseguir um trabalho e melhor remuneração.

Os cursos oferecidos se dividem em dois tipos: 1) cursos técnicos de maior duração, de um ano e meio a dois anos de extensão, com carga horária igual ou superior a 800 horas, esses são destinados aos alunos regularmente matriculados no ensino médio público; e 2) Cursos FIC, de formação/qualificação, inicial e continuada, profissional de curta duração, que vão de dois a seis meses, com carga horária mínima de 160 horas, nos quais já se matricularam mais de 3,1 milhões de estudantes.

Para organização da oferta dos cursos de curta duração o MEC (2016) elaborou o guia Pronatec de cursos FIC, que conta com 644 cursos (novembro de 2015) distribuídos em doze eixos tecnológicos, conforme quadro que segue:

Tabela 1. Eixos e número de cursos do Guia Pronatec de cursos FIC (2015)

Eixo	Número de cursos
Ambiente e saúde	41
Controle e processos industriais	127
Desenvolvimento educacional e social	34
Gestão e negócios	28
Turismo, hospitalidade e lazer	24
Informação e comunicação	22
Infraestrutura	124
Produção alimentícia	39
Produção cultural e design	65
Produção industrial	76
Recursos naturais	60
Segurança	04
Total de Cursos:	644

Fonte: MEC (2016)

⁵ Plano Brasil sem Miséria busca a superação da extrema pobreza no país, tendo por objetivo: 1) a garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; 2) o acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; 3) a inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

1.3 *Benchmarking* e a avaliação de programas na educação: Foco no egresso e na efetividade dos cursos

De acordo com Andriola (2014), o sistema educacional está em dinâmica e contínua interação com o contexto social em que está posto, dessa forma, nada é mais expressivo que a investigação das repercussões sociais das atividades de uma instituição de ensino. Essa investigação, ou avaliação, pode acontecer através do acompanhamento sistemático dos egressos, mapeando opiniões, atitudes e crenças acerca da instituição e da sociedade, que permitam a adequação e a pertinência da oferta profissional e cidadã dos egressos⁶.

Sabe-se que a pesquisa com egressos é apenas uma parcela no processo de avaliação de programas ou cursos, vários outros atores estão envolvidos, como empregadores e a sociedade civil.

Todavia, Both (1999) destaca que a avaliação realizada por ex-estudantes assume importância à medida que esse manifesta qual foi a real importância do curso concluído na sua vida e prática profissional. Santos e Takaoka (2007), corroboram e afirmaram que os ex-alunos conhecem intimamente a realidade dos cursos que realizaram, podendo fornecer informações contextualizadas, pois interagem diretamente com o meio externo à Instituição, tendo condições de avaliar a eficácia dos conhecimentos adquiridos.

De acordo com Marinho e Façanha (2001), associar as avaliações de efetividade, de eficiência e de eficácia dos programas à existência (ou não) desses mecanismos pode ser frutífero, uma vez que os mecanismos e os conceitos de efetividade, eficiência, e eficácia são específicos a organizações que se pretende avaliar, referenciando determinada atividade. A efetividade de um programa social diz respeito, portanto, à implementação e ao aprimoramento de objetivos, independentemente das insuficiências de orientação e das falhas

⁶ De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2015-2019 do IFSC, considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso.

de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

Desta forma, considerando o Pronatec, tomaremos como princípio a efetividade⁷ no cumprimento de objetivos, cobertura de públicos-alvo e desempenho/qualidade dos cursos, e ainda, no que diz respeito ao impacto social mais geral, ligado a empregabilidade dos egressos e sua inserção no mercado de trabalho regional.

Neste aspecto, poucos são os estudos realizados que visam o acompanhamento do egresso de cursos superiores, menor ainda é o número de pesquisas realizadas com egressos de cursos profissionalizantes. É importante ressaltar que a pesquisa com egressos pode clarificar as fragilidades da formação oferecida comparadas às exigências do mercado de trabalho, bem como, apontar pontos positivos da formação que devem ser mantidos e consolidados, facilitando assim, a avaliação da efetividade dos cursos.

Dentro do contexto da avaliação institucional essas informações auxiliam a Instituição a reformular suas estratégias e a promover a melhoria contínua dos processos já estabelecidos. Além disso, propicia informações relevantes para que os gestores dos cursos possam planejar ações de melhoria e aprimoramento dos processos envolvidos nas ofertas de vagas (ANDRIOLA, 2001).

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI 2015 ó 2019), projetar ações para os egressos possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos seus estudantes impacta as suas vidas. O documento afirma a importância de detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de curso e subsidiar a formulação de estratégias pedagógicas da instituição (IFSC, 2014).

⁷ De acordo com Marinho e Façanha (2001), efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos. A efetividade pode ser considerada ainda a avaliação de um dado processo para identificação do alcance ou não de seus objetivos, além do impacto causado pelo processo em avaliação.

Neste sentido, a literatura aponta que a identificação de boas práticas pode se dar através do *benchmarking*. De acordo com Melo, Carpinetti e Silva (2000), o *benchmarking* é um instrumento poderoso de melhoria, que busca alcançar vantagem competitiva por meio do aprendizado das melhores práticas.

Para Spendolini (1993), o *benchmarking* é definido como um processo contínuo e sistemático para avaliação de organizações que são reconhecidas por suas práticas bem-sucedidas, com a finalidade de melhoria organizacional. O *benchmarking* é considerado uma ferramenta de gestão organizacional que busca a praticidade e facilidade na busca de melhorias (MARTINS; SANTOS; CARVALHO, 2010).

Conforme Araújo (2001), o *benchmarking* é centrado na premissa de que é indiscutível pesquisar, entender, analisar e fazer uso das soluções de uma empresa ou instituição, concorrente ou não, diante de determinado problema ou necessidade de melhoria, o *benchmarking* é uma excelente estratégia de gestão organizacional e oferece possibilidades para o aperfeiçoamento de processos organizacionais, produtos e serviços. Sendo assim, de acordo com Martins, Santos e Carvalho (2010), o *benchmarking* visa identificar e analisar as melhores práticas, com vistas a futuras adaptações e implementações.

De acordo com documento da IAPMEI ó Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (2015) construído em parceria com a Agência para a Competitividade e Inovação, ligada ao Ministério da Economia em Portugal, o processo de *benchmarking* gera informações importantes para que as organizações conheçam diferentes formas de lidar com situações e problemas semelhantes e, desta forma, contribui para que as mesmas possam aperfeiçoar os seus próprios processos de trabalho. As informações geradas nos processos de *benchmarking* favorecem a transferência de conhecimento, entre organizações ou empresas, e a identificação de potenciais áreas a serem melhoradas.

Para Martins e Gariba Júnior (2006),

O *benchmarking* é uma ferramenta que surgiu nas empresas como um método de informações necessário para apoiar a melhoria da qualidade de atendimento, obtendo vantagens competitivas e tem sua aplicabilidade associada a essas organizações empresariais, propondo parâmetros competitivos na análise das melhores práticas e processos, permitindo a implementação da melhoria contínua, orientado por organizações de classes mundiais (MARTINS; GARIBA JÚNIOR, 2006, p. 8.19)

Podemos destacar que todas as concepções aqui apresentadas corroboram com a ideia de que o *benchmarking* é um processo de pesquisa contínuo e sistemático, em que se realizam comparações entre objetos, organizações ou atividades, estabelecendo-se um padrão de referência.

Assim sendo, o *benchmarking* pode também ser aplicado em outras áreas como a educacional, com o objetivo de detectar, analisar e enfatizar onde ocorrem as melhores práticas, de distinguir potencialidades e deficiências e de garantir um processo estruturado de investigação de oportunidades de melhorias internas e de aprendizagem, no desenvolvimento e aplicação de um sistema de avaliação interna (MARTINS; GARIBA JÚNIOR, 2006, p. 8.20).

Dentre as classificações possíveis de *benchmarking*, há na literatura algumas divergências entre autores quanto aos tipos existentes. Autores como Spendolini (1993) e Araújo (2001) afirmam haver três tipos de *benchmarking*: o interno, o competitivo e o funcional ou genérico. Considerando os tipos apresentados, o presente estudo utiliza a abordagem funcional/genérica⁸, pois compara a efetividade dos cursos técnicos novos e de curta duração com concorrentes consolidados que são os cursos de longa duração, podendo servir de base para possíveis melhorias e ajustes nos cursos de curta duração.

⁸ No *benchmarking* com abordagem funcional/genérica o foco está em identificar técnicas interessantes adotadas por empresas tidas como excelentes, porém não necessariamente concorrentes. Nesta perspectiva qualquer processo realizado por uma empresa/instituição poderá servir de parâmetro para possíveis melhorias (MARTINS; SANTOS; CARVALHO, 2010).

Para a realização do *benchmarking* nesta pesquisa, foram definidas as principais áreas a serem pesquisadas, considerando a pesquisa do MEC coordenada por Feres e Patrão (2009): Ensino; Qualidade do curso; Corpo docente e ainda, a Inserção do egresso no mercado de trabalho, conforme questionário aplicado e apresentado no apêndice I.

1.4 Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A Rede Federal de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) tem vivido a maior expansão de sua história, de acordo com o MEC (2015) foram investidos mais de R\$ 3,3 bilhões entre os anos de 2011 e 2014.

São 38 Institutos Federais presentes em todos estados brasileiros, oferecendo cursos de qualificação, curso técnico subsequente, concomitante ou integrado ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia (bacharelado e tecnólogos) e licenciaturas. A Rede é formada ainda por dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Minas Gerais e Rio de Janeiro, 25 escolas de aplicação vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica (Universidade Tecnológica Federal do Paraná ó UTFPR).

De acordo com o MPOG (2012a), no PPA, nos últimos anos, ocorreu um crescimento significativo das matrículas na educação profissional e tecnológica. Enquanto em 2003 havia 589 mil matrículas em cursos técnicos de nível médio, distribuídas entre as redes federal, estadual, municipal e privada, em 2010 o número passou para 1,1 milhão, crescimento de 114% entre 2003 e 2010.

O número de unidades de ensino também foi significativamente ampliado, das 140 escolas em 2002, hoje totaliza 562 escolas em atividade, sendo 22 delas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

1.4.1 IFSC

O IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Tem sua sede em Florianópolis e mais 22 campi, além do Cerfead, espalhados pelo Estado de Santa Catarina, possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A Instituição foi criada em Florianópolis por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina (BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909). Tinha por objetivo proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas, considerados desfavorecidos da fortuna. O decreto em questão considerou que a instituição:

[...] não só deveria habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (Brasil, Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909)

A primeira sede foi instalada em 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado e situado no Centro da capital catarinense. A instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautaço, cursos de carpintaria, escultura e mecânica, para atender à necessidade da sociedade de Florianópolis, que eram ligadas a transporte e comunicação.

Dez anos depois a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina foi transferida para um prédio na Rua Presidente Coutinho, conhecida Rua de Florianópolis, onde permaneceu até 1962. Em 1937, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição mudou de nome para Liceu Industrial de Florianópolis (BRASIL. Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937). Cinco anos mais tarde, pelo Decreto-lei nº 4.127/1942, passou a ser denominado Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos com duração de quatro anos aos estudantes que vinham do ensino

primário, além de cursos de mestrado aos candidatos à profissão de mestre (BRASIL. Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942).

Em 1962, a Escola Industrial de Florianópolis foi transferida para uma nova sede, local onde hoje funciona o Campus Florianópolis. O nome e o status da instituição mudaram novamente em 1965, com a Lei nº 4.759, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina (BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965). A partir de 1968, com a Portaria ministerial nº 331, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC) e tinha por objetivo especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio). Depois da edição da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, transformando-a na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e com reforma do ensino de primeiro e segundo graus introduzida por ela, a então ETF-SC passou a funcionar somente com ensino de segundo grau (BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971).

A Lei federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, transformou automaticamente todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, condicionando o ato à publicação de decreto presidencial. No caso da ETF-SC, a transformação para CEFET-SC foi oficializada em 2002, quando foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o decreto de criação. Depois da mudança para CEFET-SC, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização), e teve considerável expansão (BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994).

Em 2008, com a Lei 11.892, o governo brasileiro implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação básica, profissional e superior distribuídas em vários campi. São especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, e têm forte inserção na área de pesquisa e extensão (BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008).

Em 2009, o IFSC passou por uma nova etapa de expansão, com a implantação dos novos campi. Hoje o Instituto Federal de Santa Catarina possui 22 campi e o Centro de Referência em Formação e Ead, com a prospecção de chegar a 25 campi.

Como Instituto Federal, a missão do IFSC é desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão, e tem como visão de futuro consolidar-se como centro de excelência na educação profissional e tecnológica no Estado de Santa Catarina.

Atualmente o IFSC conta com ampla oferta de cursos, em diferentes níveis e modalidades de ensino. Oferece desde Formação Inicial e Continuada (FIC), Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes e Concomitantes ao Ensino Médio, Técnicos Proeja⁹, Cursos superiores de Tecnologia, Engenharias e Licenciaturas, presenciais e a distância. O Instituto conta ainda com a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, com a certificação profissional por competência ó Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific), assim como a oferta de cursos via e-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Uma oferta relativamente recente do IFSC são os cursos FIC e técnicos via Pronatec que tem crescido de maneira substancial. Em 2013, 187 cursos FIC foram aprovados no IFSC, destes 62% eram cursos FIC Pronatec. Já no ano de 2014, 266 cursos FIC foram aprovados, sendo 160 deles cursos FIC Pronatec. Os cursos FIC Pronatec tem movimentado o Instituto Federal de Santa Catarina e possibilitado a interiorização da instituição, pois os cursos são oferecidos nos mais diversos municípios do estado.

⁹ Proeja ó Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, são cursos que buscam agregar a formação básica com a profissionalização.

1.4.2 Pronatec no IFSC

Por meio do Pronatec, o IFSC oferece cursos técnicos e cursos rápidos de qualificação profissional que têm o objetivo de inserir o aluno no mercado de trabalho ou melhorar a sua atuação profissional. A formação inicial e continuada é uma forma de acesso gratuito à qualificação profissional de pessoas em vulnerabilidade social, desempregadas ou trabalhadores sem formação específica. Na Instituição, a sistematização da oferta dos cursos teve início no ano de 2011 com a construção e aprovação interna dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), tendo a oferta efetiva no ano de 2012 com as primeiras turmas e totalizando 123 estudantes em Florianópolis e Jaraguá do Sul.

A oferta Pronatec cresceu de forma rápida no IFSC, de acordo com o Sistec (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), 12.472 matrículas foram realizadas no IFSC em diferentes cursos ofertados pelo Pronatec entre 2012 e 2014.

Os cursos com oferta via Pronatec no IFSC estão divididos em 12 eixos tecnológicos, conforme o guia de cursos divulgado pelo MEC. Cinco deles com número expressivo de matrículas: Informação e Comunicação (2.160 matrículas) que possui cursos voltados para operar, programar, montar e reparar computadores; Gestão e Negócios (1.760) com cursos na área administrativa e de gestão de pessoas; Desenvolvimento educacional e social (1.696) com cursos de línguas (Espanhol, Inglês, Alemão e Libras) além de contação de histórias e agente escolar; Ambiente e Saúde (1.670) com cursos voltados para cuidados pessoais e de ambientes; e Controle e Processos Industriais (1.333) com cursos na área metal mecânica e industrial.

No Instituto Federal de Santa Catarina, o Programa tem se caracterizado pela oferta de cursos na modalidade FIC, esses são cursos rápidos, com carga horária entre 160 e 300 horas. Das 12.472 matrículas que foram realizadas entre 2012 e 2014, 12.326 (99%) foram em cursos FIC e 146 matrículas (1%) em cursos técnicos de longa duração.

1.4.3 Cursos FIC de Auxiliar Administrativo

O Curso de Formação Inicial e Continuada de Auxiliar Administrativo é ofertado no IFSC, via Pronatec, tendo sua aprovação na instituição no ano de 2011, com oferta inicial no Campus Gaspar, que tem seu itinerário formativo voltado para a área de administração.

De acordo com MEC (2016) o curso deve ter carga horária mínima de 160 horas e exigir do estudante o ensino médio incompleto, para formar profissionais que atuem nos processos administrativos de empresas urbanas e rurais, executando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas.

O curso de auxiliar administrativo do IFSC tem por objetivo formar profissionais capazes de desempenhar funções de apoio administrativo e operar sistemas de informações gerenciais com foco na gestão da qualidade, além de instigar a formação de cidadãos aptos à atuação profissional no mundo do trabalho, com ênfase em planejamento, organização e gestão de processos administrativos.

O curso converge para a otimização de recursos humanos, de finanças e de produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação. Além de discutir as características de comportamento desejável no ambiente organizacional e as novas competências exigidas pelo atual contexto global e tecnológico, buscando promover a ética profissional.

Nos anos de 2013 e 2014 o curso foi ofertado em 10 campi de norte ao sul do estado, tendo matriculado 674 estudantes, divididos em 29 turmas.

1.4.4 Curso FIC de Desenhista Mecânico

De acordo com o MEC (2016), o curso FIC de Desenhista Mecânico deve ter carga horária mínima de 160 horas e exigir escolaridade mínima de ensino fundamental II (5º ao 9º

ano) incompleto, para formar profissionais que desenvolvam e interpretem desenhos técnicos por meio da utilização de instrumentos e programas específicos, trabalhando sob a supervisão técnica, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

No IFSC o curso tem em média 200 horas, variando conforme o campus e Projeto Pedagógico de Curso aprovado. O primeiro curso de FIC de Desenhista Mecânico do IFSC, ofertado via Pronatec, foi aprovado pela Instituição no ano de 2011 para oferta no Campus Xanxerê, Oeste de Santa Catarina, com 200 horas de formação. O principal objetivo é capacitar trabalhadores para a ocupação de desenhista mecânico nas empresas de diferentes regiões do estado, qualificando os estudantes em desenho mecânico, desenvolvendo a capacidade de visão espacial para a realização do desenho de peças e conjuntos mecânicos com o auxílio de computador.

Nos anos de 2013 e 2014 o curso foi ofertado em 05 campi do norte, sul e serra catarinense, tendo matriculado 188 estudantes, divididos em 09 turmas.

1.4.5 Curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

O curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, foi aprovado internamente no IFSC no ano de 2011, com 200 horas de atividades que visam, conforme o PPC, capacitar cidadãos para o exercício da profissão de eletricista predial de baixa tensão, que atua para executar serviços de manutenção em sistemas, instalações e equipamentos elétricos.

O curso deve ter carga horária mínima de 200 horas e exigir do estudante o ensino fundamental I (1º ao 4º ano) incompleto, para que possa realizar instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de

qualidade, segurança, higiene e saúde. Itens esses observados e respeitados no Projetos Pedagógicos de Cursos do IFSC (MEC 2016).

Nos anos de 2013 e 2014 o curso foi ofertado em 05 campi do norte, sul e serra catarinense, tendo matriculado 210 estudantes, divididos em 12 turmas.

2. DADOS E MÉTODOS

2.1 Coleta dos dados

A obtenção dos dados dessa pesquisa ocorreu por meio da aplicação de questionário eletrônico aos egressos dos cursos FIC (curta duração) em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Auxiliar Administrativo e Desenhista Mecânico, formados em 2013, 2014 e 2015 pelo IFSC. Os cursos citados foram escolhidos por serem os mais antigos e possuírem o maior número de alunos matriculados, de acordo com dados fornecidos pela Instituição.

Para a aplicação do questionário entramos em contato com os alunos egressos via telefone, a partir do número telefônico indicado pelo estudante no ato da matrícula, informando e orientado a respeito da pesquisa em andamento, sobre o questionário online que seria enviado após confirmação do e-mail, além de salientar a importância da participação de cada um, para que a partir do resultado da pesquisa melhorias nos cursos pudessem ser realizadas. Alguns dos egressos não possuíam contato informado no cadastro da instituição ou o número de telefone não era mais existente, tendo isso em vista, buscamos cada um deles nas redes sociais mais populares no Brasil.

Destacamos aqui a dificuldade da coleta de dados, diante da aplicação do questionário, tendo em vista a falta de contato atualizado dos egressos, além da distância entre os campi do IFSC.

O questionário aplicado se encontra no Apêndice I e foi estruturado em seis blocos de perguntas: 1) Característica do egresso (Perfil e Origem); 2) Situação do egresso (Inserção do egresso no mercado de trabalho); 3) Alinhamento do curso com o mercado de trabalho; 4)

Qualidade do curso. Exceto para as perguntas referentes a característica do egresso, as demais perguntas tiveram por base as questões aplicadas na Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos do MEC (FERES; PATRÃO, 2009).

A pesquisa do MEC coordenada por Feres e Patrão (2009) entrevistou egressos de todas regiões do Brasil, formados em cursos técnicos de longa duração entre o período de 2003 e 2007. A amostra alcançada dessa pesquisa foi de 2.649 questionários respondidos para uma população de 71.657 egressos formados no período analisado.

Os dados primários da pesquisa do MEC por região, gênero, perfil do curso (agrícola ou industrial) e ano de formação do egresso foram inteiramente disponibilizados, permitindo a utilização dos mesmos em uma análise comparativa com os dados coletados. A fim de aproximar a comparação com o IFSC, utilizou os dados para todos os anos da pesquisa do MEC, minimizando oscilações atípicas anuais, bem como, utilizou apenas os dados para a Região Sul do país, aproximando o escopo de comparação.

2.2 Métodos

A pesquisa aqui apresentada é do tipo exploratória e descritiva, buscando maior familiaridade como o tema proposto, além de descrever características de determinada população ou fenômeno. O levantamento aqui realizado tem abordagem quantitativa, fazendo-se uso da estatística, estabelecendo como métodos a estatística descritiva, o Teste do Qui-Quadrado, o Teste U de *Mann-Whitney* e ainda, cunho qualitativo diante da análise de conteúdo.

2.2.1 Avaliação da amostra

A avaliação do tamanho da amostra foi pela estimativa da proporção populacional para população finita (DA SILVA et al., 2008). Para tanto, por meio da equação [1] e considerando

um grau de confiança de 95% (1,96), calculou-se a margem de erro (E) para a amostra coletada, referente aos cursos de curta duração e, também, para a amostra alcançada na pesquisa do MEC (FERES; PATRÃO, 2009).

$$E = 1,96 \sqrt{\frac{0,25}{n} \left(\frac{N-n}{N} \right)} \quad [1]$$

E = Margem de erro

n = Número de indivíduos na amostra

N = Tamanho da população

2.2.2 Estatística descritiva

A estatística descritiva foi empregada para avaliar o perfil socioeconômico e a origem dos egressos. As variáveis empregadas para avaliar o perfil socioeconômico se restringiram ao gênero, idade, escolaridade e renda familiar. A origem dos ingressos considerou a distribuição dos egressos conforme os cursos e campus do IFSC em que se formaram (Quadro 1).

A análise da idade dos egressos ocorreu pelo cálculo da sua média e desvio padrão. As demais variáveis inerentes a caracterização do egresso tiveram seus resultados apresentados por meio do cálculo de frequência das respostas conforme as opções disponíveis nas perguntas no questionário.

Quadro 1. Bloco de perguntas do questionário referentes às características do egresso

CARACTERÍSTICAS DO EGRESSO**PERFIL**

1. Gênero: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Qual o seu grau de escolaridade atual?

- () Ensino fundamental () Ensino médio - completo () Ensino superior - completo
 () Ensino médio - incompleto () Ensino superior - incompleto

4. Qual a renda total de sua família no período de realização do curso no IFSC?

- () Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.017,00)
 () De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.017,01 a R\$ 2.034,00).
 () De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.034,01 a R\$ 3.051,00).
 () De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 3.051,01 a R\$ 4.068,00).
 () De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 4.068,01 a R\$ 6.780,00).
 () De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 6.780,01 a R\$ 20.340,00).
 () Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 20.340,01).

ORIGEM

5. Qual curso você frequentou no IFSC?

- () Auxiliar Administrativo () Desenhista Mecânico () Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

6. Em qual campus do IFSC você se formou?

- () Araranguá () Itajaí
 () Canoinhas () Jaraguá do Sul (Centro)
 () Caçador () Jaraguá do Sul (Rau)/ Geraldo Werninghaus
 () Chapecó () Joinville
 () Criciúma () Lages
 () Florianópolis Continente () Xanxerê
 () Chapecó () Joinville
 () Criciúma
 () Gaspar

2.2.3 Teste do Qui-Quadrado

O teste do Qui-Quadrado é aplicado para variáveis em escala nominal com duas ou mais categorias, comparando as frequências observadas na amostra com as que se esperam obter no universo (PESTANA; GAGEIRO, 2005).

Assim, utilizou esse teste para comparar se a proporção dos egressos dos cursos de curta duração que estão trabalhando é menor à dos egressos dos cursos técnicos de longa duração do Sul do Brasil, bem como, se os cursos técnicos de longa duração estão mais relacionados com o trabalho atual do egresso comparativamente aos cursos de curta duração.

Além da empregabilidade, também foi avaliado por esse teste a continuidade dos estudos dos egressos. Para tanto, comparou-se entre os cursos técnicos de curta e longa

duração o percentual de egressos que estão estudando, analisando em específico a porcentagem dos que estão cursando uma graduação ou outro curso técnico.

As perguntas utilizadas para comparar a situação entre os egressos quanto a empregabilidade e continuidade dos estudos se encontram no Quadro 2.

Quadro 2. Bloco de perguntas do questionário referentes à situação dos egressos

<u>SITUAÇÃO DO EGRESSO</u>	
7. Atualmente você está:	
<input type="checkbox"/> Não está trabalhando e nem estudando	<input type="checkbox"/> Trabalhando
<input type="checkbox"/> Apenas estudando	<input type="checkbox"/> Trabalhando e estudando
8. Qual a relação entre o seu trabalho atual e o curso realizado no IFSC?	
<input type="checkbox"/> Não estou trabalhando	<input type="checkbox"/> Fracamente relacionada com o curso
<input type="checkbox"/> Não tem nenhuma relação com o curso	<input type="checkbox"/> Fortemente relacionada com a área profissional do curso
9. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando algum curso de nível superior?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
10. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando outro curso técnico?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Para facilitar o entendimento dos resultados e simplificar a aplicação do teste do Qui-Quadrado, as perguntas com múltiplas categorias referentes a situação do egresso foram codificadas e testadas nas seguintes divisões dicotômicas: a) Trabalhando ou não trabalhando; b) Estudando ou não estudando; c) Emprego atual possui ou não possui relação com o curso (Quadro 3).

Quadro 3. Codificação das opções de resposta do questionário conforme as categorias dicotômicas testadas

Empregabilidade do Egresso			
Trabalhando e Estudando	Apenas Trabalhando	Apenas Estudando	Não está trabalhando e nem estudando
Trabalhando		Não está trabalhando	
Continuidade dos Estudos do Egresso			
Trabalhando e Estudando	Apenas Estudando	Apenas Trabalhando	Não está trabalhando e nem estudando
Estudando		Não está estudando	
Relação entre trabalho atual e curso realizado			
Não tem nenhuma relação com o curso		Fracamente relacionado	Fortemente relacionado
Não possui relação com o curso		Possui relação com o curso	

Dado que os cursos técnicos de longa duração, teoricamente, permitem uma formação mais ampla e sólida, o esperado é que os seus egressos alcancem uma maior taxa de empregabilidade após terminar o curso, bem como, trabalhem em uma área mais relacionada com o curso realizado.

Em relação a continuidade dos estudos, diferentemente dos cursos técnicos de longa duração, para os cursos FIC não é exigido nível médio para matrícula, portanto, em teoria, abre-se um maior espaço para formação e continuidade dos estudos para os egressos dos cursos técnicos de curta duração. Além disso, a suposta formação menos efetiva dos cursos de curta duração pode levar aos seus egressos uma maior necessidade de continuidade nos estudos para alcançar o mercado de trabalho. Portanto, o esperado é que a porcentagem dos egressos formados nos cursos de curta duração que estejam estudando seja maior do que os egressos dos cursos de longa duração.

Os resultados esperados para a modalidade de estudo escolhida pelos egressos são incertos, não sendo definido a princípio uma tendência de continuidade nos estudos para os cursos de nível superior ou curso técnico para os egressos dos cursos de curta ou longa duração. Portanto, para essas questões do questionário foi avaliado a significância da estatística do Qui-Quadrado por meio de um teste bicaudal. O nível de significância admitido na avaliação de todas as hipóteses para o teste do Qui-Quadrado foi de 5%.

O *software* utilizado para realização do teste do Qui-Quadrado foi o SPSS[®] (Pacote Estatístico para Ciências Sociais) versão 22. Os cálculos empregados no teste são relativamente simples e podem ser encontrados em Hoffmann (2006).

2.2.4 Teste U de *Mann-Whitney*

O teste U compara se existe diferença estatisticamente significativa entre grupos de variáveis independentes. Esse é um teste alternativo ao teste *t*, utilizado quando as suposições do teste *t* não são atendidas ou quando a mensuração dos dados não é nominal (PESTANA;

GAGEIRO, 2005). Em vez de comparar a diferença entre médias, como o teste t , o teste U compara a diferença entre as tendências centrais de duas amostras independentes, verificando se há evidências para acreditar que os valores de uma amostra são superiores ao de outra.

O teste U comparou a qualidade e o alinhamento com o mercado de trabalho entre os cursos técnicos de curta e longa duração por meio das perguntas do Quadro 4, e sua escolha se deve aos dados serem mensurados em escala ordinal.

Quadro 4. Bloco de perguntas do questionário referentes a qualidade e ao alinhamento dos cursos com o mercado de trabalho

<p><u>ALINHAMENTO DO CURSO COM O MERCADO DE TRABALHO</u></p> <p>11. Onde está localizado o seu trabalho atual? <input type="checkbox"/> Não estou trabalhando <input type="checkbox"/> No próprio município onde realizou o curso <input type="checkbox"/> Com distância de até 50km de onde realizou o curso <input type="checkbox"/> Em município com distância entre 50 a 100km de onde realizou o curso <input type="checkbox"/> Em município com distância entre 100 a 400km de onde realizou o curso <input type="checkbox"/> Em município com distância superior a 400km</p> <p>12. Como são as ofertas profissionais do curso que fez na região do campus que estudou? <input type="checkbox"/> Há muitas ofertas de trabalho <input type="checkbox"/> Há poucas ofertas de trabalho <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Há ofertas de trabalho <input type="checkbox"/> Praticamente não há ofertas de trabalho</p> <p><u>QUALIDADE DO CURSO</u></p> <p>13. Como você avalia a infraestrutura geral do IFSC? <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima</p> <p>14. Como você avalia os conhecimentos técnicos teóricos apresentados no curso? <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo</p> <p>15. Como você avalia os conhecimentos práticos apresentados no curso que você realizou? <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo</p> <p>16. Como você avalia a qualificação/conhecimento técnico dos seus professores? <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo</p> <p>17. Em geral, como você avalia o curso que realizou? <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo</p> <p>18. Indique sugestões de melhoria do curso que você realizou.</p>

As hipóteses do teste U para a comparação da qualidade e do alinhamento entre os cursos técnicos de curta e longa duração foram testadas ao nível de 5% e definidas da seguinte forma:

- Alinhamento do curso com o mercado de trabalho

H₀: A distância do curso ao mercado de trabalho ou a oferta regional de trabalho entre os cursos técnicos de curta e longa duração são iguais.

H₁: A distância do curso ao mercado de trabalho ou a oferta regional de trabalho entre os cursos técnicos de curta e longa duração são estatisticamente diferentes.

- Qualidade do curso

H₀: Não existe diferença estatisticamente significativa entre os cursos técnicos de curta e longa duração para as variáveis: infraestrutura, conhecimentos teóricos e práticos ministrados nas disciplinas, qualificação dos professores e qualidade geral do curso.

H₁: Existe diferença estatisticamente significativa entre os cursos técnicos de curta e longa duração para as variáveis: infraestrutura, conhecimentos teóricos e práticos ministrados nas disciplinas, qualificação dos professores e qualidade geral do curso.

Tal como para o teste do Qui-Quadrado, o *software* empregado para obtenção das estimativas do teste U foi o SPSS[®] (Statistical Package for the Social Sciences) versão 22. Os cálculos do teste U podem ser acompanhados em Hoffmann (2006).

2.2.5 Análise de Conteúdo: Foco na qualidade dos cursos

No intuito de enriquecer a análise da qualidade dos cursos de curta duração do IFSC, coletou-se as sugestões dos egressos para melhoria dos cursos por meio de uma pergunta aberta. Segundo Câmara (2013), o uso de perguntas abertas e pesquisas qualitativas auxiliam no aprofundamento e melhoria da qualidade de interpretação de resultados quantitativos, pois capta as nuances da percepção dos entrevistados e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados.

De acordo com Mainardes, Lourenço e Tontini (2010), o termo qualidade tem sido utilizado em diversas situações, nem sempre tendo uma definição clara e objetiva. O conceito em questão não é simples de ser definido e a sua interpretação depende do ponto de vista de

quem a analisa. É comum um produto/serviço ter qualidade para uma pessoa e não ter para outra. Reeves e Bednar (1994) apresentaram diferentes definições de qualidade, suas características, forças, fraquezas. Considerando como referência as definições por eles apresentadas, o presente estudo considerou o conceito de qualidade enquanto: Excelência e ainda, como Atendimento e/ou Superação das Expectativas dos envolvidos no processo.

Para avaliar as respostas da pergunta aberta, que visou recolher sugestões de melhoria para os cursos pesquisados, empregou-se a técnica da análise de conteúdo. Para Bardin (2011), o método da análise de conteúdo consiste em três fases: 1) pré análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados e define o método como:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

De acordo com Vergara (2005), a pesquisa descritiva responde de maneira mais apropriada a intenção de estudos que desejam evidenciar as características de determinada situação. Para Vieira (2002), a pesquisa descritiva é bastante utilizada em Administração, no objetivo de conhecer e interpretar a realidade estudada, buscando descobrir e observar os fenômenos, descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os.

Considerando a pesquisa descritiva com foco na análise de conteúdo, buscou-se conhecer a opinião dos egressos quanto a qualidade dos cursos pesquisados, bem como descrever, classificar e interpretar as sugestões indicadas para a melhoria dos cursos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Avaliação da Amostra

Na pesquisa realizada com os estudantes egressos dos principais cursos FIC Pronatec do IFSC, a amostragem atingiu 17% da população. Essa porcentagem está de acordo com o

alcançado em pesquisas similares, como no trabalho de Brandalise (2012) com amostra de 20% da população pesquisada, Sinder e Pereira (2013) com 18%, bem como em Sampaio (2013) que atingiu 16% da população.

Dificuldades para ampliação do tamanho da amostra foram esperadas, pois o IFSC não possui um sistema de acompanhamento de egressos e os dados dos alunos no sistema ficam defasados com facilidade, tendo em vista a troca de e-mail e constante troca de número dos telefones móveis. Parte dos egressos, por se tratarem de estudantes de regiões com menor infraestrutura e mais distantes, o contato foi mais difícil, impactando de forma direta na amostra.

As margens de erro referentes à amostragem são apresentadas na Tabela 2. A amostra da pesquisa do MEC coordenada por Feres e Patrão (2009) alcançou uma margem de erro inferior, entretanto ambas as amostras tiveram um erro próximo de 5%, equivalente ao aceito por Almeida (2010) e Neres (2015). Portanto, considerou-se nesta pesquisa que as margens de erro calculadas não foram suficientemente elevadas a ponto de justificar a ampliação das amostras, considerando-as representativas das populações.

Tabela 2. População, Amostra e Margem de Erro dos cursos FIC e Cursos Técnicos da região sul do Brasil

Cursos FIC			Cursos Técnicos (Região Sul)		
População (N)	Amostra (n)	Margem de Erro (E)	População (N)	Amostra (n)	Margem de Erro (E)
689	116	8.3%	12.378	547	4,1%

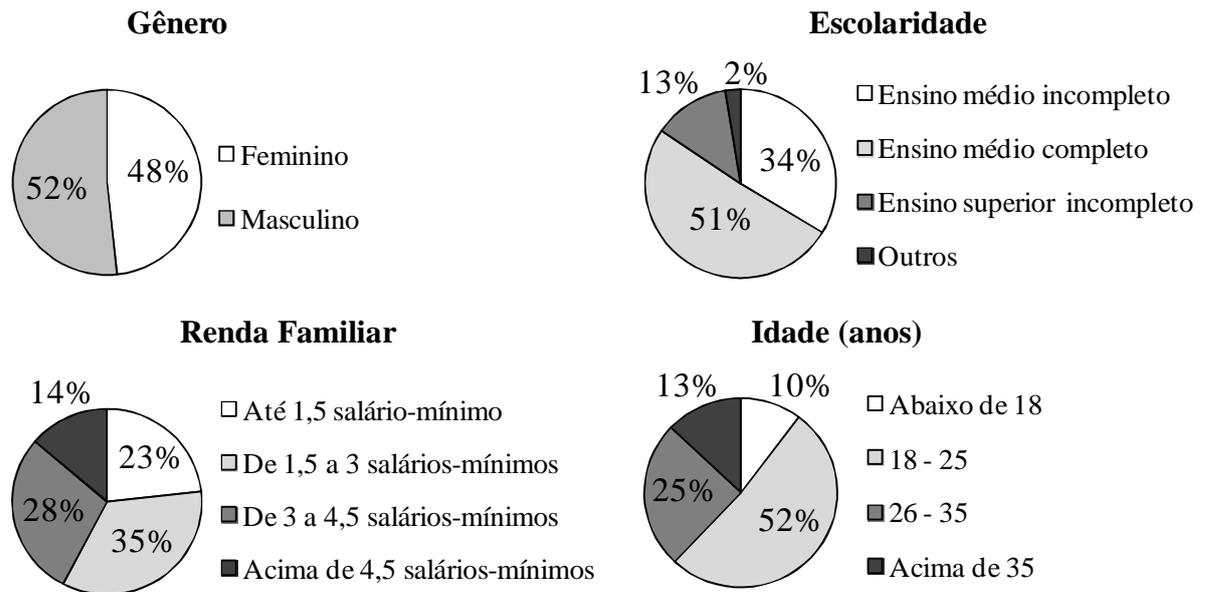
3.2 Características do Egresso

3.2.1 Perfil

Conforme os gráficos da Figura 1, podemos observar o perfil do egresso dos cursos FIC Pronatec analisados, de acordo com a amostra. O perfil dos egressos é composto por uma

maioria de homens com idade entre 18 e 25 anos, possuindo ensino médio completo e renda familiar de 1,5 a 3 salários-mínimos, estando de acordo com o perfil de egressos de outras pesquisas que avaliaram o ensino técnico (SOUZA, 2010; VIEIRA, 2011; ZUKOWSKI, 2013).

Figura 1. Perfil dos egressos dos cursos analisados



Fonte: Elaborada pela autora.

O perfil apresentado dos egressos nos cursos FIC Pronatec pesquisados difere do perfil geral dos estudantes matriculados nos cursos FIC Pronatec do IFSC. De acordo com o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) (IFSC, 2016) das 12.472 matrículas realizadas, 65,58% são mulheres, com ensino médio completo e prioritariamente na faixa etária de 30 a 39 anos.

Pesquisa realizada por Pereira (2013) com 128 egressos bolsistas integrais do Prouni (Programa Universidade Para Todos), apresenta o perfil dos pesquisados e aponta que 61% deles eram mulheres com faixa etária de 25 a 35 anos, o sexo masculino representou apenas 39% dos pesquisados. Ainda com egressos do Prouni, Felicetti (2012) apresentou pesquisa com 134 graduados, 36,6% pertenciam aos cursos de licenciatura e 63,4% não. Entre os

licenciados, 75,5% eram do sexo feminino e 24,5% eram do sexo masculino. Já entre os que não realizaram cursos de licenciatura, a proporção foi de 76,5% mulheres e 23,5% homens.

A discrepância de gênero identificada entre os resultados encontrados e as demais pesquisas pode ser justificada pela natureza dos cursos analisados. Cursos ligados à área de mecânica, elétrica e administração são historicamente de concentração masculina, como podemos observar a Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição dos formados, por sexo e curso universitário Brasil 1970 ó 2000

Curso	1970 Mulheres (%)	1970 Homens (%)	2000 Mulheres (%)	2000 Homens (%)
Engenharia Mecânica	2	98	3	97
Engenharia Elétrica	2	98	7	93
Engenharia Civil	2	98	15	85
Agronomia	3	97	12	88
Medicina Veterinária	4	96	30	70
Física	39	61	30	70
Economia	9	91	32	68
Medicina	11	89	36	64
Administração	15	85	39	61
Direito	13	87	40	60
Estatística	17	83	47	53
Odontologia	18	82	51	49
Arquitetura	17	83	54	46
Educação Física	55	45	54	46
Filosofia	66	34	55	45
Farmácia	32	68	65	35
Geografia	69	31	72	28
História	66	34	74	26
Ciências Sociais	72	28	78	22
Letras	73	27	87	13
Psicologia	70	30	89	11
Enfermagem	93	7	91	9
Pedagogia	84	16	93	7
Serviço Social	90	10	98	2

Fonte: Guedes (2008)

Na Tabela 3 percebemos que se reafirma o padrão historicamente colocado. Tanto no censo do ano de 1970 como no de 2000 a concentração masculina se dá nos cursos ligados a área das ciências exatas, enquanto a feminina se apresenta em cursos articulados ao magistério ou na área de saúde. Fato que se mantêm, considerando os dados do INEP (2015) apresentados na Tabela 4, em que o percentual de concluintes de Graduação no Brasil em 2013, por Sexo, segundo a Área Geral do Conhecimento corrobora com o padrão historicamente apresentado.

Tabela 4. Distribuição de concluintes de Graduação, por sexo e área geral de conhecimento Brasil 2013

Área Geral de Conhecimento	2013 Mulheres (%)	2013 Homens (%)
Agricultura e Veterinária	43,9	56,1
Ciências Sociais, Negócios e Direito	58,3	41,7
Ciências, Matemática e Computação	32,5	67,5
Educação	76,3	23,7
Engenharia, Produção e Construção	30,2	69,8
Humanidades e Artes	57,5	42,5
Saúde e Bem-Estar Social	76,8	23,2
Serviços	60,7	39,3

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme a Tabela 4, concluintes da área de Engenharia, Produção e Construção são 69,8% do sexo masculino, bem como 67,5% da área de exata é composta por homens. Contrapondo, o sexo feminino tem destaque na área de Educação com 76,3% e área de Saúde e Bem-Estar Social com 76,8%.

Se por um lado a literatura sugere uma predominância do gênero feminino nos cursos técnicos de curta duração, na ampla pesquisa do MEC (FERES; PATRÃO, 2009) para os cursos técnicos de longa duração os resultados apontaram uma predominância de egressos

homens, totalizando 66% dos formados. Esses resultados sugerem uma aproximação do perfil dos cursos analisados com a média dos cursos técnicos de longa duração.

Observou-se que embora não seja exigido curso médio completo para os cursos analisados, a maioria dos egressos possui o ensino médio como nível de escolarização. Tal resultado pode ser justificado pela universalização da educação básica. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), apontaram que a taxa bruta de escolarização do ensino médio quase triplicou entre 1980 e 2010.

A partir da Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009, tornou-se obrigatório a educação gratuita dos 04 aos 17 anos, da educação infantil ao ensino médio, anteriormente a obrigatoriedade se dava apenas para o ensino fundamental, para crianças de 07 aos 14 anos. Essa ementa tem contribuído para que os índices de matrícula se tornem cada vez maiores, aumentando o número de anos de estudo dos brasileiros, assim como a redução do analfabetismo (BRASIL, Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009).

Apesar do crescimento observado no ensino superior (IBGE, 2014), o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito ó abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos, faixa etária da maioria dos egressos dos cursos FIC Pronatec IFSC pesquisados. Com o gargalo do ensino médio para o superior, faz-se necessário a busca por qualificação e requalificação para se manter no mercado de trabalho, desta maneira os cursos de formação inicial e continuada, bem como os cursos técnicos, tem sido um dos caminhos para aquisição de uma profissão.

Outro ponto que podemos observar é a relação existente entre a renda e a procura pela educação profissional. Os dados da Figura 1 apontam que 58% os egressos dos cursos analisados tem renda familiar de até 3 salários-mínimos, sendo que 63% dos egressos possuem renda entre 1,5 à 4,5 salários-mínimos. Conforme Gomes (2011), é notório que a busca pela educação profissional cresce à medida que aumenta a renda, entrando em declínio

quando atinge a Classe Média (mais de 4,5 salários-mínimos), situação quando os indivíduos tendem a procurar por níveis mais elitizados de educação, como o ensino superior.

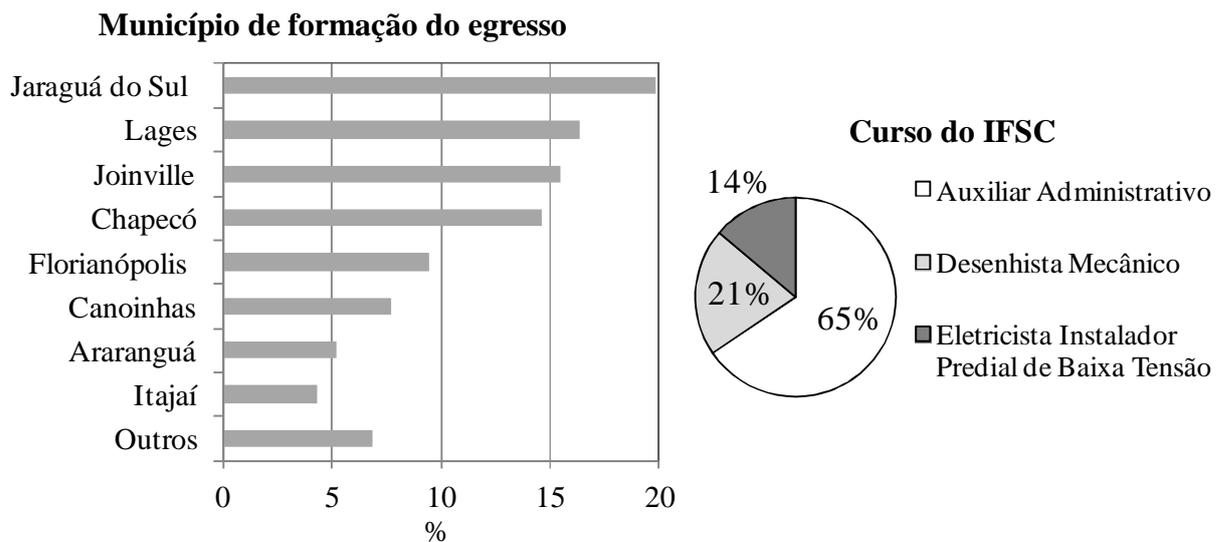
Ressalta-se ainda, de acordo com o MEC, que as vagas existentes no Pronatec devem ser gratuitas e destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores, bem como beneficiários dos programas federais de transferência de renda (Brasil sem miséria/bolsa-família). Desta forma, o baixo nível de renda era esperado entre os pesquisados, tendo em vista que o Programa se propõe há melhoria de renda, assim como a capacitação de mão de obra, possibilitando a capacitação e inserção no mercado de trabalho.

3.2.2 Origem

De acordo com a Figura 2, podemos identificar o curso e município do campus no qual o egresso esteve matriculado. A maioria dos egressos analisados se formou no curso de Auxiliar Administrativo nos municípios de Jaraguá do Sul, Lages, Joinville, Chapecó e Florianópolis.

Os municípios supracitados possuem as cidades de maior porte e extensão territorial, com número de habitantes mais elevado e melhor estrutura. Todos os municípios da Figura 2, com exceção de Canoinhas, possuem acesso fácil à capital catarinense, via BR com pistas duplicadas ou via aeroporto (como é o caso de Chapecó, que apesar de distante da capital, possui vôos diários e regulares).

Figura 2. Curso e Município de origem do campus e do egresso



A maioria de egressos do curso de auxiliar administrativo reflete ao maior número de vagas desse curso. Entre os anos de 2013 e 2014 o curso de auxiliar administrativo matriculou quase o dobro de alunos comparativamente a soma dos alunos matriculados nos cursos de desenhista mecânico e eletricista instalador predial de baixa tensão (SISTEC/IFSC, 2016).

3.3 Situação do Egresso

3.3.1 Empregabilidade

De acordo com os dados da pesquisa, apresentados na Tabela 4, não existe diferença estatisticamente significativa entre a porcentagem dos egressos, dos cursos de curta e de longa duração, que estão trabalhando. Essa situação contrária a hipótese de que a proporção dos egressos dos cursos FIC que estão trabalhando seja menor a dos egressos dos cursos de longa duração na Região Sul do Brasil.

A não existência de diferença estatisticamente significativa entre a porcentagem dos egressos dos cursos de curta e longa duração que estão trabalhando pode ser explicada pelo perfil dos estudantes que buscam o curso técnico, normalmente, pessoas dos estratos de menor rendimento da população (GOMES, 2011). Essas pessoas precisam ingressar no mercado de trabalho ainda jovens, independente do tipo e qualificação do emprego.

Tabela 5. Diferença na empregabilidade e na relação entre trabalho atual e curso realizado para os egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO				CURSOS DE LONGA DURAÇÃO			
Empregabilidade do Egresso							
Trabalhando e Estudando	Apenas Trabalhando	Apenas Estudando	Não está trabalhando e nem estudando	Trabalhando e Estudando	Apenas Trabalhando	Apenas Estudando	Não está trabalhando e nem estudando
28%	49%	13%	10%	31%	43%	20%	6%
Trabalhando		Não está trabalhando		Trabalhando		Não está trabalhando	
77% ^{ns}		23% ^{ns}		74% ^{ns}		26% ^{ns}	
Relação entre trabalho atual e curso realizado							
Não tem nenhuma relação com o curso	Fracamente relacionado	Fortemente relacionado	Não tem nenhuma relação com o curso	Fracamente relacionado	Fortemente relacionado		
36%	27%	37%	14%	18%	68%		
Não possui relação com o curso	Possui relação com o curso		Não possui relação com o curso	Possui relação com o curso			
36% ¹	64% ¹		14% ¹	86% ¹			

Nota: ¹ ou ² diferença estatisticamente significativa ao nível de 1 ou 5%. ^{ns} não significativo

Já o percentual dos egressos dos cursos de longa duração que trabalham na área de formação foi estatisticamente maior a dos egressos dos cursos de curta duração (Tabela 4). Esses resultados estiveram de acordo com o esperado e podem ser explicados pela maior consistência e tradição dos cursos técnicos de longa duração, sugerindo uma maior adequação dos cursos de curta duração as necessidades do mercado de trabalho.

Embora com resultados comparativamente inferiores aos cursos de longa duração no que tange a relação entre trabalho atual e curso realizado, considerando o rápido crescimento e a recente oferta dos cursos técnicos de curta duração nos últimos anos, entende-se que o percentual de egressos que declararam trabalhar em área relacionada ao curso, 64% dos respondentes, foi expressivo e contribui para desmistificar a desconfiança dos cursos FIC, estando de acordo com os resultados encontrados por Trogiani et al. (2012).

A partir de resultados de uma análise qualitativa com 122 pessoas diretamente envolvidas com o Pronatec de Osasco, Trogiani et al. (2012) afirmou:

Há percepção dominante que o conteúdo ministrado nos cursos oferecidos ajuda na preparação para o mercado de trabalho. O ganho de conhecimento a partir do curso foi citado pela grande maioria dos entrevistados, que perceberam mudanças significativas em suas habilidades técnicas e comportamento profissional a partir do

curso. Mesmo mudanças na vida social (relacionamento com outras pessoas, forma de agir diante de problemas, melhora na autoestima) foram percebidas. Em raras exceções, alguns entrevistados consideraram o nível do curso muito básico. (TROGIANI et al., 2012, p. 54)

3.3.2 Continuidade dos estudos

De acordo com a Tabela 5, o percentual de egressos dos cursos de longa duração que continuaram os estudos foi estatisticamente superior aos egressos de curta duração. Enquanto pouco mais da metade dos egressos dos cursos de longa duração declararam estudar, esse percentual para os egressos dos cursos de curta duração foi de 41%.

Tabela 6. Diferença na empregabilidade e na relação entre trabalho atual e curso realizado para os egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO				CURSOS DE LONGA DURAÇÃO			
Continuidade dos Estudos							
Trabalhando e Estudando	Apenas Estudando	Apenas Trabalhando	Não está trabalhando e nem estudando	Trabalhando e Estudando	Apenas Estudando	Apenas Trabalhando	Não está trabalhando e nem estudando
28%	13%	49%	10%	31%	20%	43%	6%
Estudando		Não está estudando		Estudando		Não está estudando	
41% ²		59% ²		51% ²		49% ²	
Concluiu ou está cursando outro curso técnico							
Sim		Não		Sim		Não	
16% ¹		84% ¹		9% ¹		91% ¹	
Concluiu ou está cursando graduação após o curso técnico realizado							
Sim		Não		Sim		Não	
17% ¹		83% ¹		53% ¹		47% ¹	

Nota: ¹ ou ² diferença estatisticamente significativa ao nível de 1 ou 5%. ^{ns} não significativo

Os resultados não foram conforme o esperado e demonstraram que a formação mais sólida oferecida pelos cursos de longa duração não foi suficiente para que os seus egressos não se preocupassem com a ampliação de sua formação, pelo contrário, comparativamente eles demonstraram uma busca maior por conhecimento.

Outro motivo que pode ajudar a explicar esses resultados se devem as peculiaridades dos cursos de curta duração oferecidos pelo Pronatec. Esse cursos não apresentam maiores exigências de seleção, bem como, oferecem uma ampla assistência aos alunos, devendo a unidade ofertante oferecer os materiais necessários e garantir o transporte e a alimentação aos

beneficiários (TROGIANI et al. 2012), além disso, não oportuniza o prosseguimento dos estudos em nível superior (CASTIONI, 2013). Provavelmente, os alunos dos cursos de curta duração oferecidos pelo Pronatec possuam maiores dificuldades em continuar seus estudos, dado a qualidade da sua formação e caso não obtenham a mesma assistência oferecida.

Diante do exposto, percebe-se que a continuidade dos estudos não está ligada diretamente ao fato de se ter poucos anos de escolaridade, mas sim a oportunidade de continuação dos estudos e espaço para formação.

Destaca-se ainda nos resultados da Tabela 5 que 59% dos egressos dos cursos FIC não estão estudando e que 49% dos egressos dos cursos de longa duração também não deram continuidade aos estudos, estando de acordo com Sposito e Galvão (2004). Segundo esses autores:

[...] a continuidade dos estudos não se afigura como caminho imediato para a maioria, o desejo de trabalhar ou de melhorar profissionalmente para os já inseridos no mercado torna-se mais urgente, com a percepção do iminente desemprego ou da precariedade ocupacional (SPOSITO; GALVÃO, 2004, p. 374).

Ainda conforme os resultados apresentados na Tabela 5, constata-se que os egressos dos cursos de curta duração que querem continuar seus estudos buscaram cursos técnicos de nível médio. Por outro lado, para os que se formaram em cursos técnicos de longa duração a busca pelo ensino superior foi maior. Esses resultados foram esperados, tendo em vista que 34% dos egressos analisados, embora todos com idade superior a 17 anos, ainda não possuem o ensino médio completo. Essa realidade é reforçada por Andrade (2012), apontando que 48% dos jovens no Brasil não possuem os requisitos formais para concorrer a vagas no ensino superior, pois 21% deles não concluíram o ensino fundamental e 27% não concluíram o ensino médio.

A busca pelo ensino técnico de nível médio e o superior pelos egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração, respectivamente, corrobora uma tendência de verticalização na formação. De acordo com Verdum (2015) a verticalização possibilita ao estudante a

continuidade de seus estudos, progredindo na área de formação inicial, favorecendo desta forma a organização e reorganização contínua de saberes, construindo o seu itinerário formativo desde o ensino técnico até a pós-graduação. No IFSC, de acordo com o Departamento de Estatística e Informação Acadêmica (DEIA), 27% dos alunos matriculados em 2015 já haviam realizado algum curso na instituição, confirmando a verticalização do ensino na instituição.

Mais da metade dos egressos dos cursos técnicos de longa duração declararam estar cursando ou já ter cursado uma graduação, corroborando os resultados de Souza (2010) e Vieira (2011). Em parte, esse alto percentual pode ser explicado pelo estigma que paira sobre o ensino técnico que, ao contrário do ensino superior, historicamente foi visto como de segunda classe (ALVES, 2006).

Na mesma linha de Alves (2006), para Grácio (1986) "a escola técnica é antes de mais nada uma escola para os outros, ou para os filhos dos outros", destacando que muitos pais relutam em encaminhar seu filho para um curso técnico e os jovens preferem, por exemplo, serem engenheiros civis ou mecânicos ao invés de técnicos em edificações ou mecânica, dado o status que o ensino superior tem recebido no Brasil. Distorções dessa natureza podem levar uma formação não alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, desperdício de recursos, redução da produtividade e frustração da força de trabalho.

3.4 Alinhamento do Curso com o Mercado de Trabalho

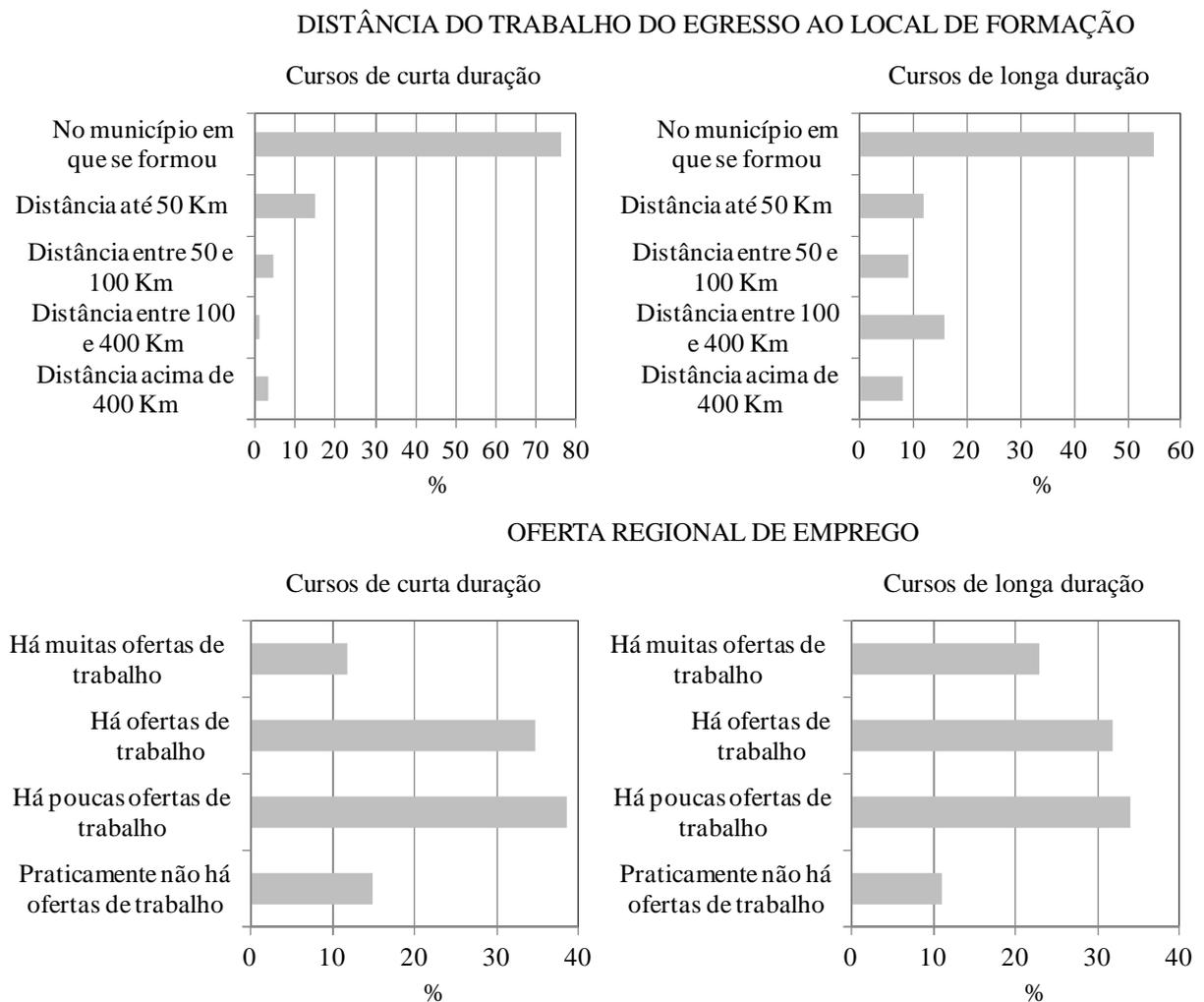
Com relação ao alinhamento do curso ao mercado de trabalho, podemos observar que os egressos dos cursos de curta duração trabalham mais próximo da região em que realizaram o curso, bem como, indicaram uma menor oferta regional de trabalho na sua área de formação comparativamente a percepção dos egressos dos cursos de longa duração. Os resultados do teste U se encontram na Tabela 6 e, para facilitar o entendimento dos mesmos, foi apresentado a distribuição das respostas dos egressos na Figura 3.

Tabela 7. Diferença na distância do trabalho e na oferta regional de emprego entre os egressos dos cursos técnicos de curta e longa duração

	Valores de Tendência Central do Teste U	
	Cursos de curta duração	Cursos de longa duração
Distância do Trabalho do Egresso ao local de Formação	258 ¹	202 ¹
Oferta Regional de Emprego	247 ²	284 ²

Nota: ¹ ou ² diferença estatisticamente significativa ao nível de 1 ou 5%. ^{ns} não significativo. Conforme a codificação das variáveis, quanto maior o valor de tendência central menor a distância do trabalho do egresso ao local de formação e maior a oferta de trabalho na região do campus. Codificação para a pergunta referente a distância do trabalho do egresso ao local de formação: 1 ó Distância superior a 400 Km; 2 ó Distância entre 100 e 400 Km; 3 ó Distância entre 50 a 100 Km; 4 ó Distância até 50 Km; 5 ó Trabalha no próprio município. Codificação para a pergunta sobre a oferta de regional de emprego: 1 ó Praticamente não há ofertas de trabalho; 2 ó Há poucas ofertas de trabalho; 3 ó Há ofertas de trabalho; 4 ó Há muitas ofertas de trabalho.

Figura 3. Distribuição das respostas dos egressos dos cursos de curta e longa duração em relação à distância do seu trabalho ao campus de formação e a oferta regional de emprego



Conforme a Figura 3, ficou claro que diferentemente dos egressos dos cursos de longa duração, são exceções os egressos dos cursos de curta duração que trabalham fora do

município em que se formaram. Segundo Zukowski (2013), não trabalhar na região da formação técnica, necessariamente, não deve ser interpretado como um problema de alinhamento do curso com o mercado de trabalho, refletindo:

É consenso que a formação profissional ofertada pelos IF's deve promover a empregabilidade atendendo primeiramente os setores produtivos. Isto não significa que será apenas voltada para desenvolvimento local e regional (ZUKOWSKI, 2013, p. 146).

A explicação para a menor mobilidade dos egressos dos cursos de curta duração, provavelmente, está ligado a característica do curso. Os cursos do Pronatec de curta duração têm a finalidade de qualificar em determinada área, não propicia a elevação de escolaridade e é oferecido para um público com grau de escolaridade diversificado, assim, acaba proporcionando uma formação mais específica e básica que, provavelmente, não leva a um ganho financeiro que compense o egresso a sair da sua região de moradia.

Dado as considerações de Zukowski (2013), aumenta a importância da percepção dos egressos quanto a oferta de emprego regional como indicativo do alinhamento do curso com o mercado de trabalho. Nesse aspecto, os egressos dos cursos de longa duração que declararam existir muitas ofertas de trabalho na região de formação foi o dobro comparado aos de curta, sugerindo um melhor alinhamento dos cursos de longa duração ao mercado de trabalho regional.

Em relação a percepção dos egressos dos cursos de longa duração, quanto há maior oferta de emprego a explicação está relacionada com a lei de oferta e demanda de trabalho. Pelo lado da oferta pode ser destacado a rápida expansão dos cursos de curta duração nos últimos anos, podendo ter levado a uma saturação de profissionais no mercado. Essa preocupação foi destacada por Offe (1990), que alertou para a organização da oferta de cursos, indicando o risco de o excesso de mão de obra qualificada desequilibrar a lei da oferta e da procura por força de trabalho capacitada, provocando um rebaixamento geral dos salários. Pelo lado da demanda de trabalho, deve-se destacar o período em que as pesquisas

foram realizadas. Enquanto a pesquisa do MEC para os cursos de longa duração considerou egressos do período de 2003 a 2007, intervalo em que o crescimento real da economia brasileira alcançou uma média de 6% ao ano, os egressos dos cursos de curta duração analisados se formaram no período de 2013 a 2015, período em que o Brasil registrou uma queda média no seu PIB real de aproximadamente 1,7% ao ano (IPEA DATA, 2016).

3.5 Qualidade do Curso

A percepção dos egressos dos cursos de curta duração quanto a qualidade de aspectos relacionados à infra-estrutura, qualificação dos professores e conhecimentos teórico e prático apresentados nos cursos em que se formaram foram superiores comparativamente a opinião dos egressos para os cursos de longa duração. Entretanto, quando questionados sobre a qualidade geral do curso, não foi encontrada diferença estatística ao nível de 5% entre as respostas, indicando que o julgamento sobre a qualidade geral dos cursos vai além dos aspectos considerados (Tabela 7).

Tabela 8. Diferença entre a percepção dos egressos em relação a qualidade dos cursos técnicos de curta e longa duração

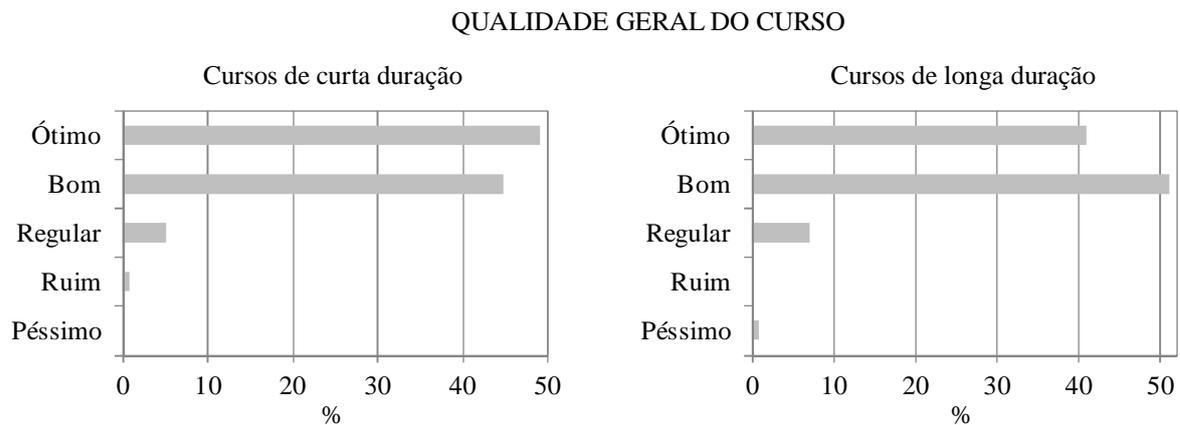
	Valores de Tendência Central do Teste U	
	Cursos de curta duração	Cursos de longa duração
Qualidade Geral do Curso	304 ^{ns}	280 ^{ns}
Infraestrutura	330 ¹	273 ¹
Conhecimento Teórico	322 ¹	275 ¹
Conhecimento Prático	345 ¹	269 ¹
Qualificação dos Professores	342 ¹	270 ¹

Nota: ¹ ou ² diferença estatisticamente significativa ao nível de 1 ou 5%. ^{ns} não significativo. Conforme a codificação das variáveis, quanto maior o valor de tendência central melhor a percepção do egresso em relação as variáveis representativas da qualidade dos cursos. A codificação das variáveis respeitou a seguinte escala: 1 - Péssimo; 2 - Ruim; 3 - Regular; 4 - Bom; 5 - Ótimo.

De forma geral, a avaliação da qualidade dos cursos de curta e longa duração foi bastante positiva, a maioria das opiniões dos egressos se concentraram nos atributos ótimo ou bom (Figura 4). Os resultados encontrados estiveram de acordo com Thuler et al. (2013) em que o curso pesquisado foi conceituado como excelente para 57,9 % e bom para 38,4% dos

egressos. A percepção dos egressos quanto a qualidade de cursos técnicos de longa duração em agropecuária realizadas por Souza (2010) e Vieira (2011) também foram positivas e estiveram de acordo com os resultados encontrados.

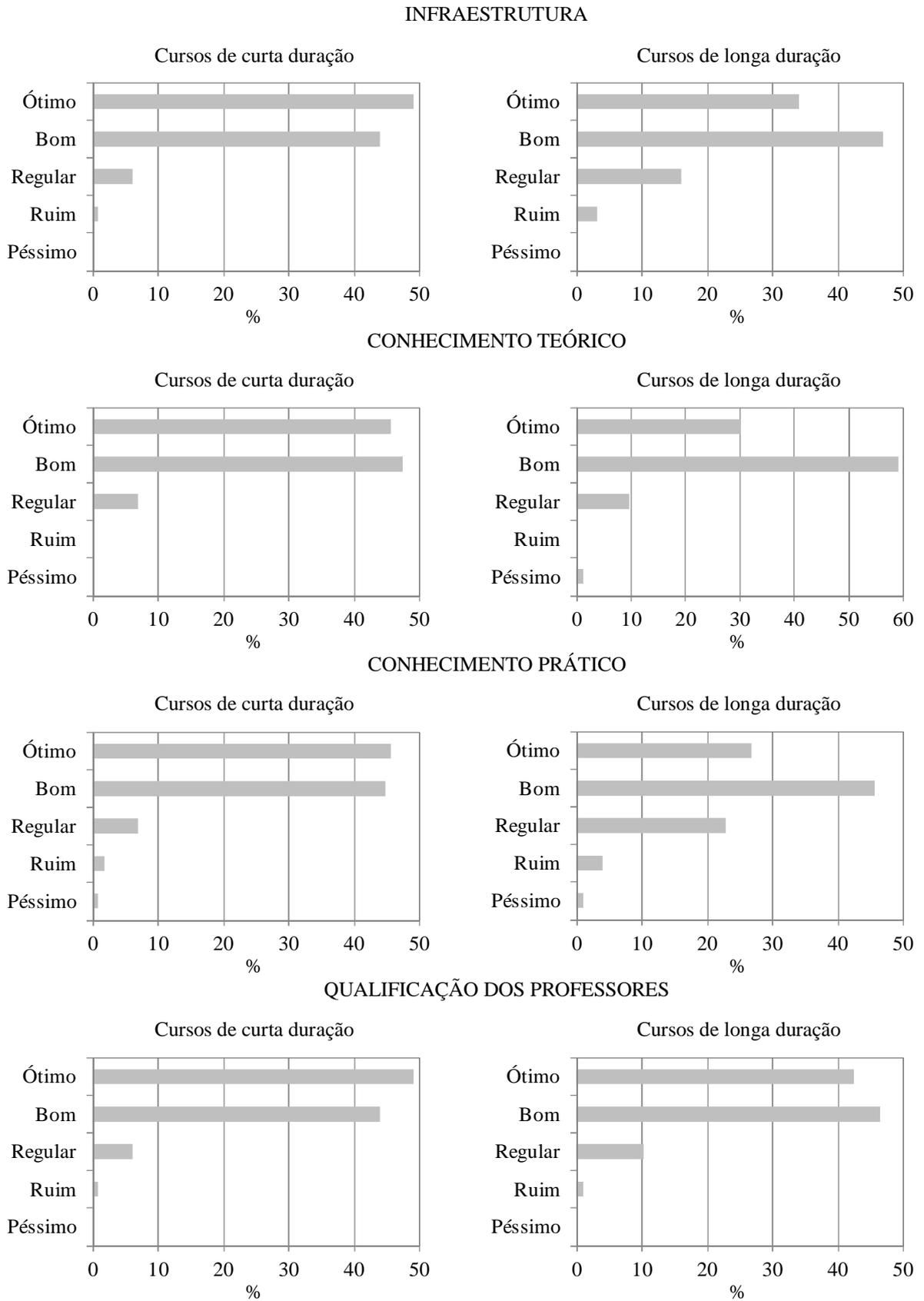
Figura 4. Distribuição das respostas dos egressos em relação a qualidade geral dos cursos técnicos de curta e longa duração



Provavelmente, um dos motivos que elevaram a valorização dos cursos técnicos, principalmente os de curta duração pelo Pronatec, deve-se a priorização do programa para alunos em situação de extrema pobreza e com oportunidades reduzidas. Presume-se que um aluno com um menor número de oportunidades e com parâmetros de comparação reduzidos, possua uma visão menos crítica.

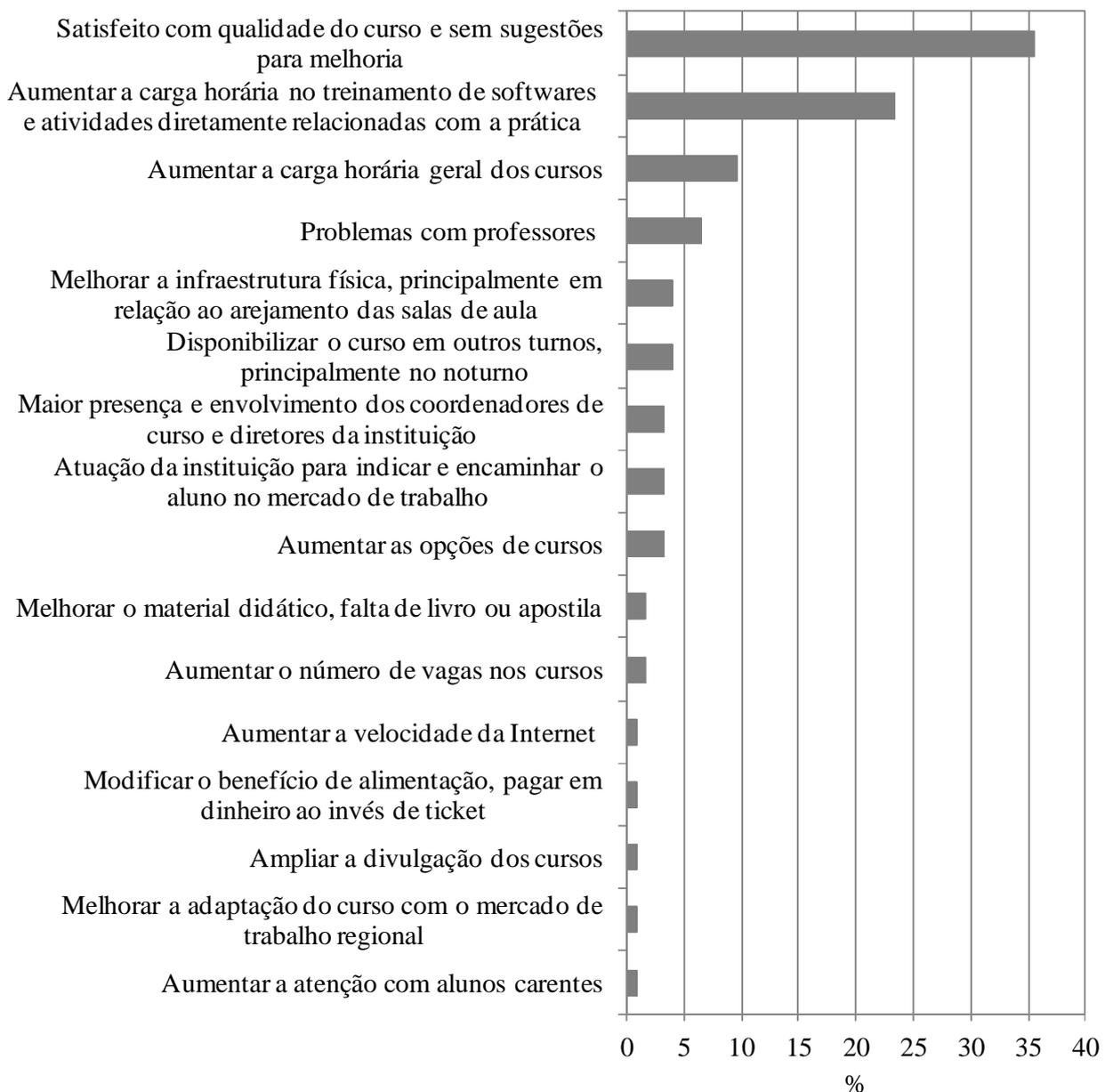
A Figura 5 contribuiu para o entendimento da existência da diferença estatisticamente significativa entre a percepção de qualidade dos egressos dos cursos de curta e longa duração para os aspectos: infraestrutura, qualificação dos professores e conhecimentos teórico e prático apresentados nos cursos. Enquanto a escolha do atributo "ótimo" foi comum para os egressos dos cursos de curta duração, a maior parte dos egressos dos cursos de longa duração classificaram os aspectos analisados como "bom". As respostas nos atributos "ruim" e "péssimo" foram insignificantes para ambos os egressos.

Figura 5. Distribuição das respostas dos egressos em relação a alguns aspectos inerentes a qualidade dos cursos técnicos de curta e longa duração.



Em geral, os resultados quantitativos não identificaram maiores problemas em relação a qualidade dos cursos de curta duração do IFSC, assim, pouco contribuíram para a elaboração de estratégias de intervenção. Todavia, esses resultados justificaram o emprego de uma abordagem qualitativa, que possibilitou identificar alguns problemas desconsiderados nas perguntas fechadas utilizadas no método quantitativo. A análise de conteúdo permitiu resumir 124 opiniões obtidas da pergunta que pediu sugestões de melhoria para os cursos em 16 dimensões (Figura 6).

Figura 6. Resumo das sugestões dos egressos dos cursos de curta duração analisados



Conforme a Figura 6, a principal dimensão, agregando 35,5% das opiniões, confirmou a qualidade dos cursos sugerida pelos resultados quantitativos, sendo expressa por comentários com elogios ou sem sugestões de melhoria como, por exemplo:

Em minha humilde opinião, não precisa melhorar em nada (aluno 35).
Curso é ótimo, tudo gratuito: transporte, estudo, alimentos em geral. Os professores são todos bem capacitados em ajudar os alunos, gostei bastante [...] (aluno 79).

A principal sugestão, com 33% de opiniões, esteve relacionado com o aumento da carga horária dos cursos, principalmente, em relação a capacitação em *softwares* específicos e em atividades diretamente relacionadas com a prática da profissão (23,4% das opiniões), podendo exemplificar os seguintes comentários:

Aumento da carga horária de AutoCAD e SolidWorks pois são os mais utilizados nas empresas e os mais difíceis de se aprender (aluno 1).
Mais praticas e desenvolvimento de problemas do dia a dia (aluno 36).
Mais horas de curso para melhor qualificação (aluno 103).

A demanda por atividades práticas também foi apontada pelos egressos dos cursos técnicos de longa duração em agropecuária no IF Catarinense ó Campus Sombrio (SOUZA, 2010) e no IF do Norte de Minas Gerais ó Campus Januária (VIEIRA, 2011) por meio de pesquisas com um recorte qualitativo.

Destacaram-se algumas críticas diversificadas em relação a atuação dos professores (6,5% das opiniões). Essas críticas abordaram problemas de empatia na relação professor/aluno, falta de qualificação técnica, didática insuficiente, mudança de professor ao longo do curso, entre outros. Para Alves (2003), a qualidade de um curso é em grande parte medida pela qualidade de seu corpo docente. Ficou claro pelas opiniões dos alunos que a qualidade do professor não se mede apenas pela qualificação técnica, sendo importante uma preparação para lidar com aspectos psicológicos dos estudantes dado a condição de vulnerabilidade de muitos deles. Nesse aspecto, destaca-se Trogiani et al. (2012):

Os próprios educadores precisam ser trabalhados para entenderem essas pessoas, a situação em que vivem e suas dificuldades, para evitar estigmas e preconceitos. [...] É difícil lidar com uma situação de grande déficit social, que envolve desde problemas com drogas a problemas de saúde, desatenção, agressividade, entre outros. [...] o educador é vital para o sucesso dos cursos e esse corpo deve ser bastante trabalhado. (TROGIANI et al., 2012, p. 55)

Ainda em relação a atuação do professor na formação além de aspectos exclusivamente técnicos, destacou-se o trabalho de Souza (2010). A partir de entrevistas com os empregadores dos egressos a autora identificou problemas na formação comportamental dos estudantes.

Um aspecto relevante que pode ter afetado a opinião dos alunos em relação aos professores é a contratação de bolsistas externos para exercer a docência nos cursos FIC Pronatec. É senso comum das pessoas que trabalham no IFSC que o programa tem precarizado a educação diante da contratação de bolsistas temporários para ministrar as aulas, considerado por muitos como uma terceirização do processo educativo.

Segundo a Figura 6, as dimensões seguintes aos problemas com os professores obtiveram um número reduzido de respostas e foram pouco representativas. Essas dimensões contemplaram aspectos inerentes aos cursos: infraestrutura, turno de oferta, número de vagas, opções de cursos, material didático, divulgação e adaptação dos cursos ao mercado de trabalho. Além de aspectos inerentes aos cursos, foram apontadas sugestões para a instituição relacionadas a um maior envolvimento dos diretores e coordenadores, a uma atuação da instituição no encaminhamento dos alunos ao mercado de trabalho e maior atenção com os alunos carentes. Porém, esse amplo conjunto de dimensões teve pouca representatividade e agregou apenas 25% de todas opiniões, portanto, não são aspectos prioritários que merecem atenção imediata.

Em relação as poucas críticas sobre a infraestrutura, concentrando-se pontualmente no aspecto da ventilação/climatização das salas de aula, é importante mencionar que, diferentemente dos outros cursos técnicos, os cursos FIC Pronatec recebem recursos específicos para a compra de materiais e máquinas. Além disso, os alunos dos cursos FIC utilizam a estrutura geral do Instituto, a mesma utilizada por estudantes dos cursos técnicos de longa duração.

Outro aspecto importante e que pode ajudar a explicar a percepção positiva dos alunos quanto a infraestrutura do IFSC está relacionado ao perfil da amostra analisada. A maioria dos egressos que avaliaram a infraestrutura da Instituição se formaram no curso de auxiliar administrativo, curso que exige menor estrutura de laboratórios, excetuando o laboratório de informática, que dentro do IFSC possuem boa estrutura, tendo em vista aquisição de novos computadores constantemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos específicos colocados nesta pesquisa, sendo o primeiro deles a identificação do perfil dos egressos dos principais cursos FIC Pronatec do IFSC, podemos afirmar que o perfil destes egressos é composto em sua maioria por homens, jovens, provenientes de famílias com baixa renda e com o ensino médio completo. A maioria se formou no curso de Auxiliar Administrativo nos municípios de Jaraguá do Sul, Lages, Joinville, Chapecó e Florianópolis.

Considerando o segundo objetivo colocado, que teve como foco analisar a situação dos egressos com enfoque na sua inserção no mercado de trabalho, constatamos que poucos egressos dos cursos de curta e longa duração estão desempregados, não sendo identificado diferença significativa na empregabilidade entre os dois tipos de curso. Entretanto, o percentual dos egressos dos cursos de longa duração que declararam estar trabalhando na área de formação foi estatisticamente maior.

Na investigação do alinhamento dos cursos de curta e longa duração com o mercado de trabalho regional, terceiro objetivo específico dessa pesquisa, detectamos que a percepção dos egressos dos cursos de longa duração quanto à oferta de trabalho regional foi estatisticamente maior, sugerindo um maior alinhamento da sua formação com o mercado de trabalho regional, porém, de forma contraditória, o percentual desses egressos que trabalham em região diferente da que se formaram também foi maior. O entendimento é de que a

formação mais sólida fornecida pelos cursos técnicos de longa duração possibilita uma maior mobilidade na escolha de trabalho, bem como, a maior empregabilidade no local de formação para os egressos dos cursos de curta duração pode estar associada à ocupação de subempregos ou empregos não formais. Portanto, a conclusão é de que os cursos de longa duração tem apresentado um maior alinhamento com a oferta regional de emprego, embora essa questão não aparenta ser um problema crítico para as duas modalidades de cursos, tendo em vista que a percepção de ambos egressos quanto a oferta de emprego regional foi considerável.

No ponto relacionado à continuidade dos estudos, o percentual dos egressos dos cursos de longa duração que continuaram estudando foi maior, deixando claro que a continuidade dos estudos não está ligada ao fato de se ter menos anos de escolaridade e sim a partir das oportunidades de continuação, com espaço para qualificação e aumento da escolaridade. Os resultados também indicaram uma tendência de verticalização na formação dos egressos, enquanto os formados nos cursos de curta duração priorizaram a continuidade de seus estudos em um curso técnico de longa duração, os egressos dos cursos de longa duração buscaram uma graduação.

Considerando o quarto e último objetivo específico desta pesquisa, a qualidade dos cursos de curta e longa duração foi bem avaliada pelos egressos, destacando uma percepção muito positiva dos cursos de curta duração quanto à infraestrutura do IFSC, os conhecimentos teóricos e práticos ministrados nos cursos e a qualificação dos professores. As sugestões oferecidas pelos egressos estão ligadas, em sua maioria, ao aumento de carga horária do curso, especificamente no treinamento de *software* e atividades específicas relacionadas à prática de cada profissão.

Tendo em vista os resultados encontrados conclui-se que os cursos de curta duração oferecidos via Pronatec tem sido efetivos em sua proposta, que é de ampliar a oferta de cursos, possibilitando a continuidade dos estudos, bem como a qualificação, proporcionando

mais oportunidades aos trabalhadores e a inserção no mercado de trabalho. Todavia, realizando o *benchmarking* com os cursos de longa duração da região Sul do Brasil, constatou-se que os cursos de maior duração oferecem possibilidades de mobilidade e de escolha seletiva de emprego.

Uma das limitações da pesquisa foi à localização dos estudantes que realizaram o curso, tal dificuldade se deu pela falta de relação entre a instituição de ensino e os egressos. A inexistência dos cadastros atualizados de endereços, telefones fixos e móveis, bem como de e-mail, reduziu a possibilidade de contato e maior retorno de respostas para o questionário. Identificou-se, dessa maneira, a necessidade da gestão de egressos ocorrer de forma sistemática e institucionalizada e não por meio de análises pontuais e descontinuadas.

Outra limitação para realização da pesquisa foi à dificuldade de localizar os Projetos Pedagógicos dos cursos analisados. O IFSC cresceu de forma substancial nos últimos anos com uma grande quantidade de cursos aprovados no Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), principalmente após a chegada do Pronatec. Todavia, a atual gestão tem trabalhado na intenção de suprir essas lacunas e aperfeiçoar a gestão das informações no instituto.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados focando a alinhamento dos cursos ao mercado de trabalho pelo ponto de vista dos empregadores, buscando conhecer o tipo de inserção que os egressos dos cursos de curta e longa duração têm no mercado de trabalho a partir da necessidade das empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. N. **Comparação entre a competitividade do Brasil e Canadá para produção de madeira serrada**. Curitiba, 209 f. Tese de Doutorado em Ciências Florestais ó Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2010.
- ALVES, H. M. B. **Uma abordagem de marketing à satisfação do aluno no ensino universitário público: índice, antecedentes e consequências**. Tese de Doutorado em Gestão ó Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior, Covilhã ó Portugal: 2003.
- ALVES, L. A. M. **Ensino Técnico ó da formação de produtores ao capital humano**. VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação ó Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia, MG: 2006.
- ANDRADE, C. Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 6, p. 18-27, 2012.
- ANDRIOLA, W. B. Factores caracterizadores de centros educativos eficazes. **Revista de Pedagogia**, v. 53, n. 2, p. 175-183, 2001.
- ANDRIOLA, W. B. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. **Educação em revista**, n.54, p. 203-220, 2014.
- ARAÚJO, L.C.G. de. **Benchmarking: ser o melhor entre os melhores**. Organizações, sistema e métodos e as tecnologias de gestão. São Paulo: Atlas, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- BARROS, R. P. de; LIMA, L. **Avaliação de Impacto de Programa Sociais**. IN: FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Avaliação Econômica de Projetos Sociais. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012. Disponível em: <http://www.fundacaoitausocial.org.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/livro_aval_econ.pdf>. Acesso em: 20 outubro de 2014.
- BOTH, I. J. **Avaliar a universidade é preciso: agente de modernização administrativa e da educação**. In: SOUZA, Eda C. B. Machado (org). Avaliação institucional. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BRANDALISE, M. A. T. **Avaliação dos Cursos de Graduação na Perspectiva dos Egressos: Um Indicador de Avaliação Institucional**. IX ANPEDE SUL. Ponta Grossa: PR, 2012.
- BRASIL. **Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013**. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ó Pronatec. Disponível: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf>. Acesso em: 22 janeiro de 2016.
- BRASIL. **Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acessado em: 22 de outubro de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Criação das escolas de aprendizes de artífices. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acessado em: 16 de março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acessado em: 16 de março de 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 16 de março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965**. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 16 de março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Diretrizes e bases da educação básica, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acessado em: 16 de março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm>. Acessado em: 16 de março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

BRYNER, G. C. **Organizações públicas e políticas públicas**. IN: Administração pública: coletânea. Pág. 315-353. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/Editora ENAP, 2010.

CÂMARA, R. H. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v.6, n.2, p.179-191, dez. 2013.

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. **Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Rio de Janeiro: IPEA, p.7-63, 2014. (Texto para discussão n. 1919).

CASTIONI, R. Planos, Projetos e Programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Sociais e Humanas**, v. 26, n. 1, p. 25-42, 2013.

DA SILVA T, L.; DOS SANTOS J, G.; CARLOS DE F, A. **Procedimento no Planejamento de Amostras em Pesquisa Sobre Qualidade de Vida**. Rio de Janeiro ó RJ: Outubro, 2008.

FELICETTI, V. L. Graduados Prouni: um estudo comparativo entre licenciados e não licenciados. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, v. 23, n. 53, p. 280-301, 2012.

FERES, M. M.; PATRÃO, C. N. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília: MEC/SETEC, 2009.

GOBERT, M. In: VAZ., L. G. D. Políticas públicas. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. **Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes ó Biologia ó Segurança do trabalho**, v. 10, n. 01, 2007.

GOMES, C. A. **A qualificação resignada. A má formação da força de trabalho como um problema estrutural do desenvolvimento brasileiro**. Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

GRÁCIO, S. **Política Educativa como Tecnologia Social ó As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1986.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **Revista História, Ciências, Saúde ó Manguinhos**, v.15, p. 117-132, 2008.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4. ed., São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios ó PNAD**. Brasília: DF, 2014.

IAPMEI ó Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas & Agência para a Competitividade e Inovação. **BBP - Benchmarking e Boas Práticas**. Portugal: 2015.

Disponível em: <http://www.iapmei.pt/resources/download/estudo_sectorial_logistica.pdf>.

Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

IFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC PDI 2015 - 2019**. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2014. Disponível em: <http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_IFSC_versao_final_menor_21.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

INEP. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 22 Brasília: Ipea, 2014.

IPEA DATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 29 janeiro 2016.

MAINARDES, E. W.; LOURENÇO, L.; TONTINI, G. **Percepções dos Conceitos de Qualidade e Gestão pela Qualidade Total**: estudo de caso na universidade. Revista Gestão. Org 6 8 (2):279-297 Maio/Ago 2010.

MARCELLINO, N. C. **Lazer**: Formação e Atuação Profissional. Papirus: Campinas, SP, 1995.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas Sociais**: Efetividade, Eficiência e Eficácia como dimensões operacionais da avaliação. Texto para discussão nº 787 do IPEA. Rio de Janeiro: 2001.

MARTINS, A. A. M.; GARIBA JÚNIOR, M. **Um modelo de avaliação de cursos superiores de tecnologia baseado na ferramenta Benchmarking**. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia. Passo Fundo, RS: Setembro de 2006.

MARTINS, S. G.; SANTOS, A. S.; CARVALHO, L. M. O *Benchmarking* e sua aplicabilidade em unidades de informação: uma abordagem reflexiva. **Revista INTERFACE**, v.7, n. 1, p. 57-68, 2010.

MEC. **Guia Pronatec 2015** do MEC 2016. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/fic/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

MEC. **Pronatec**. Brasília: DF, 2014. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/index.php>>. Acesso: 12 de fevereiro de 2014.

MEC. **Expansão da Rede Federal do Portal de Notícias**. Brasília: DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso: 12 de fevereiro de 2015.

MELO, A. M.; CARPINETTI, L. C.; SILVA, W. T. **Proposta de Metodologia para Identificação de Objeto de Estudo de Benchmarking**. ENEGEP. 2000.

MPOG. **PPA do Plano Plurianual 2012/2015**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/130415_ppa_de_bo Iso.pdf>. Acesso: 20 de janeiro de 2014.

MPOG. **Dimensão tática: Programas temáticos/ Políticas Sociais. PPA do Plano Plurianual 2012/2015**. Brasília: DF, 2012a. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf>. Acesso: 20 de janeiro de 2014.

NERES, I. V. **Comparação do perfil e da situação entre o aluno evadido e o egresso da faculdade UnB / Planaltina ó FUP**. Brasília, 92 f. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas ó Faculdade UnB de Planaltina, Universidade de Brasília, 2015.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação ó contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação & Sociedade**, v. 13, n. 35, p. 9-59, 1990.

PEREIRA, E. P. **Estudo de caso: Impacto do Prouni nos alunos egressos do Centro Universitário Estácio/FIB SALVADOR ó BA**. Dissertação Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Salvador: 2013.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de Sados para Ciências Sociais ó A Complementaridade do SPSS**. 4. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2005.

REEVES, C.; BEDNAR, D. **Defining quality**: alternatives and implications, *Academy of Management Review*, Vol. 19, n° 3, pp. 419-445, 1994.

SAMPAIO, M. V. D. **Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho**. Dissertação Mestrado em Economia, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN: Natal ó RN. 2013.

SANTOS, G.D.; TAKAOKA, H. **Qualidade da Informação no Ambiente Acadêmico ó Estudo de Caso de um Sistema de Acompanhamento de Egressos Utilizando QFD**. XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro: 2007.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVERNINI, E.; ORELLANO, V. O efeito do ensino profissionalizante sobre a probabilidade de inserção no mercado de trabalho e sobre a renda no período pré-Planfor. **Revista Economia**, v. 11, n. 1, p. 155-174, 2010.

SINDER, M.; PEREIRA, R. C. A. **Pesquisa com Egressos como Fonte de Informação Sobre a Qualidade dos Cursos de Graduação e a Responsabilidade Social da Instituição Universidade Federal Fluminense (UFF)**. Inep: Brasília. 2013.

SOUZA, S. C. L. **A contribuição da educação profissional para a inserção dos alunos no mercado de trabalho da microrregião do extremo Sul Catarinense - Caso IF Campus Sombrio**. 2010. Brasília, 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SPENDOLINI, M. J. **Benchmarking**. São Paulo: Makroon Books, 1993.

SPOSITO, M. P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Revista Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 345-380, 2004.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador: Publicação AATR, 2002.

THULER L. C. S., BERGMANN A.; CAVALCANTI I. L.; SANT'ANA J. M. B. e REZENDE, M. C. R. Perfil dos Egressos dos Cursos do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva: Pós-Graduação Lato Sensu e Nível Técnico. **Revista Brasileira de Cancerologia**; 59(4): 505-512, 2013.

TROGIANI, C. R.; PEREIRA, L. V.; CAMPOS, L. H.; MEDINA, M. A. L. **Desafios para a implementação do programa PRONATEC/Osasco sem miséria.** 2012. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas) ó Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

VERDUM, P. de L. **Formação inicial de professores para a educação básica, no contexto dos IFs: propondo indicadores de qualidade, a partir de um estudo de caso no IFRS.** Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2015.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de Política Social:** Notas introdutórias. ENAP: Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, V. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.** Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002.

VIEIRA, C. L. S. **Os egressos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais ó Campus Januária e sua inserção no arranjo produtivo local de fruticultura.** 2011. Brasília, 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ZUKOWSKI, N. B. S. **Estudo comparativo entre o ensino médio integrado e o técnico subsequente no IFTO ó campus Palmas: formação, empregabilidade, satisfação.** 2013. 168 f., Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

APÊNDICE I ó Questionário aplicado



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Prezado (a) Egresso (a) do IFSC

- O objetivo do questionário é reunir informações e contribuir com a melhoria dos cursos FIC Pronatec;
- Não é preciso se identificar;
- Caso não saiba responder qualquer questão, por favor, deixe-a em branco;
- O tempo para responder o questionário é de aproximadamente 5 minutos.

CARACTERÍSTICAS DO EGRESSO

PERFIL

1. **Gênero:** () Masculino () Feminino .

2. **Idade:** _____ anos

3. **Qual o seu grau de escolaridade atual?**

- () Ensino fundamental
 () Ensino médio - completo () Ensino superior - completo
 () Ensino médio - incompleto () Ensino superior - incompleto

4. **Qual a renda total de sua família no período de realização do curso no IFSC?**

- () Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.017,00)
 () De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.017,01 a R\$ 2.034,00).
 () De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.034,01 a R\$ 3.051,00).
 () De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 3.051,01 a R\$ 4.068,00).
 () De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 4.068,01 a R\$ 6.780,00).
 () De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 6.780,01 a R\$ 20.340,00).
 () Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 20.340,01).

ORIGEM

5. **Qual curso você frequentou no IFSC?**

- () Auxiliar Administrativo () Desenhista Mecânico () Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

6. **Em qual campus do IFSC você se formou?**

- () Araranguá () Itajaí
 () Canoinhas () Jaraguá do Sul (Centro)
 () Caçador () Jaraguá do Sul (Rau)/ Geraldo Werninghaus
 () Chapecó () Joinville
 () Criciúma () Lages

- () Florianópolis Continente () Xanxerê
 () Gaspar

SITUAÇÃO DO EGRESSO

7. Atualmente você está:

- () Não está trabalhando e nem estudando () Trabalhando
 () Apenas estudando () Trabalhando e estudando

8. Qual a relação entre o seu trabalho atual e o curso realizado no IFSC?

- () Não estou trabalhando () Fracamente relacionada com o curso
 () Não tem nenhuma relação com o curso () Fortemente relacionada com a área profissional do curso

9. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando algum curso de nível superior?

- () Sim () Não

10. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando outro curso técnico?

- () Sim () Não

ALINHAMENTO DO CURSO COM O MERCADO DE TRABALHO

11. Onde está localizado o seu trabalho atual?

- () Não estou trabalhando
 () No próprio município onde realizou o curso
 () Com distância de até 50km de onde realizou o curso
 () Em município com distância entre 50 a 100km de onde realizou o curso
 () Em município com distância entre 100 a 400km de onde realizou o curso
 () Em município com distância superior a 400km

12. Como são as ofertas profissionais do curso que fez na região do campus que estudou?

- () Há muitas ofertas de trabalho () Há poucas ofertas de trabalho () Não sei
 () Há ofertas de trabalho () Praticamente não há ofertas de trabalho

QUALIDADE DO CURSO

13. Como você avalia a infraestrutura geral do IFSC?

- () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

14. Como você avalia os conhecimentos técnicos teóricos apresentados no curso?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

15. Como você avalia os conhecimentos práticos apresentados no curso que você realizou?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

16. Como você avalia a qualificação/conhecimento técnico dos seus professores?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

17. Em geral, como você avalia o curso que realizou?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

18. Por favor, indique sugestões para melhoria do curso que você realizou no IFSC:
